

Patrimônio Cultural

Edificado da

Universidade

Federal de Pelotas

2013







NIPc PROPLAN
UFPEL

Núcleo de Patrimônio Cultural

Patrimônio Cultural Edificado da Universidade Federal de Pelotas: primeiro estudo

Organização Geral: Francisca Ferreira Michelin



UFPEL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS



Editora da UFPel

Rua Lobo da Costa, 447
CEP 96010-150
Pelotas/RS
Fone: (53) 3227.8411
E-mail: editora.ufpel@gmail.com

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: Prof.^a Denise Marcos Bussoletti
Representante das Ciências Matemáticas e Naturais: Prof. Leonardo da Silva Oliveira
Representante das Engenharias e Computação: Prof. Darci Alberto Gatto
Representante das Ciências Biológicas: Prof.^a Marines Garcia
Representante das Ciências Médicas e da Saúde: Prof. Francisco Augusto Burkert Del Pino
Representante das Ciências Agrônômicas e Veterinárias: Prof. Carlos Eduardo Wayne Nogueira
Representantes das Ciências Humanas: Prof. Jarbas Santos Vieira e Prof.^a Carla Gonçalves Rodrigues (suplente)
Representantes das Ciências Sociais Aplicadas: Prof. Jovino Pizzi e Prof.^a Francisca Ferreira Michelin (suplente)
Representantes das Linguagens e Artes: Prof.^a Ursula Rosa da Silva e Prof.^a Mirian Rose Brum de Paula (suplente)

Conselho Diretor

Prof. Elomar Antonio Callegaro Tambara
Prof. João Fernando Igansi Nunes
Prof. José Carlos Brod Nogueira
Prof.^a Lorena Almeida Gill

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional

Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901

Biblioteca de Ciência & Tecnologia - UFPel

ISBN - 978-85-7192-944-9

P314 Patrimônio cultural edificado da Universidade Federal de Pelotas :
primeiro estudo / org. Francisca Ferreira Michelin. - Pelotas : Ed.
da Universidade Federal de Pelotas, 2013.
115 p. : il. color.

1.Patrimônio cultural. 2.Patrimônio arquitetônico. 3.Prédios histó-ricos.
4.Patrimônio edificado. 5.Universidade Federal de Pelotas.
I.Michelin, Francisca Ferreira.

CDD: 363.69

Reitoria

Reitor: Mauro Augusto Burkert Del Pino
Vice-Reitora: Denise Petrucci Gigante
Direção de Gabinetes da Reitoria: Margarete Oleiro Marques
Pró-Reitor de Graduação: Alvaro Luiz Moreira Hypolito
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Denise Petrucci Gigante
Pró-Reitorade Extensão e Cultura: Denise Marcos Bussoletti
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis: Ediane Sievers Acunha
Pró-Reitor Administrativo: Antonio Carlos de Freitas Cleff
Pró-Reitor de Infraestrutura: Gilson Simões Porciúncula
Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Luiz Osório Rocha dos Santos
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Sergio Eloir Teixeira Wotter

SUMÁRIO

A universidade e o compromisso com a memória Mauro Augusto Burquet del Pino	11
Planejar o futuro considerando o passado: a incumbência do patrimônio cultural para a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento da UFPel Luiz Osório Rocha dos Santos	13
“Escuridão e claridade, flor e livro... só o que perdura nos incita”: o patrimônio cultural da ufpel em publicação e registro Denise Marcos Busolletti	15
A gestão do patrimônio histórico em pelotas: um processo de conscientização e crescimento da cultura local Liciane Almeida	19
A ação do neab/faurb na preservação dos centros históricos da região sul do estado do rs Ana Lúcia Costa Oliveira	27
O ensino e a pesquisa em memória e patrimônio no campo interdisciplinar Maria Letícia Mazzucchi Ferreira	31
Reunir os tempos: o conjunto edificado do Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas Francisca Ferreira Michelin	39

Os prédios do patrimônio cultural edificado da UFPel

Escola de Agronomia Eliseu Maciel	47
Instituto de Higiene de Pelotas	51
Escola de Belas Artes D. Carmen Trápaga Simões	55
Faculdade de Direito	59
Faculdade de Agronomia	63
Faculdade de Odontologia	67
Conservatório de Música	71
Cosulã	75
Frigorífico Anglo	79
Laneira Brasileira Sociedade Anônima	83
Cervejaria Haertel	87
Cotada	91
Alfândega	95
Banco Nacional do Comércio	99
Casa Senador Joaquim Assumpção	103
Casa Barão de Cacequi	107
Grande Hotel	111





A UNIVERSIDADE E O COMPROMISSO COM A MEMÓRIA

A UFPel possui um importante grupo de construções que formam um conjunto de prédios históricos. Essas edificações mantêm um estreito vínculo com o desenvolvimento urbano, cultural, social e econômico da cidade de Pelotas e da região onde está inserida. Esta publicação objetiva ser o registro inicial desse conjunto e busca dar publicidade ao trabalho que estamos fazendo com o acervo cultural edificado da universidade. Trata-se de um investimento sem precedentes que expressa nosso compromisso com esse patrimônio, com a preservação desses bens que possuem valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também valor afetivo para a população, impedindo a destruição ou descaracterização de tais bens. Alguns desses prédios são tombados pelo poder público com o objetivo de preservá-los por intermédio de legislação específica. Outros não estão albergados por este instrumento legal, o que não diminui sua importância para a universidade e para a história da cidade de Pelotas. Esta publicação pretende ser uma iniciativa efetiva para a preservação não só da memória coletiva, mas de todos os esforços e recursos já investidos na construção desse patrimônio. Ao longo dessas páginas veremos que nem todos os prédios encontram-se em bom estado. Todavia, é fato que a preservação somente se torna visível para todos quando um bem cultural se encontra dignamente conservado, propiciando sua plena utilização. Para tanto, teremos um longo e importante caminho a percorrer, mas vários passos estão sendo dados. Seguramente, este é o caminho.

Mauro Augusto Burquet del Pino

Reitor da Universidade Federal de Pelotas



PLANEJAR O FUTURO CONSIDERANDO O PASSADO: a incumbência do patrimônio cultural para a Pró-Reitoria de planejamento e desenvolvimento da UFPel

A matéria base do planejamento em uma universidade é a qualidade do trabalho acadêmico. Em uma instituição pública, em particular, a qualidade acadêmica é inseparável da relevância social. Esses objetivos estratégicos exigem múltiplas ações que devem estar ancoradas nos valores constitutivos da identidade institucional.

A universidade é o lugar, por excelência, da produção e difusão de conhecimentos e de valores da cultura. Neste contexto, o planejamento deve ser um processo intencional, voltado para o futuro, mas que conheça e valorize o passado. Assim, a matéria patrimônio cultural deve ser acolhida no planejamento, porque se a ordem é que se planeje para o futuro, a consciência sobre os múltiplos tempos nos quais se constroem os valores da cultura, leva a que se planeje considerando o passado. E para considerá-lo é preciso conhecê-lo e cuidá-lo.

O passado da UFPel é múltiplo e complexo. Não se constitui apenas pela trajetória de seus 44 anos: ela agregou um patrimônio constituído ao longo de décadas anteriores ao seu surgimento que tem diferentes formatos: são prédios, equipamentos, acervos documentais e outros.

Neste momento, há emergência em cuidar desse patrimônio. Para os dias futuros o objetivo é ter esse cuidado como uma política institucionalizada e consolidada que contribua para fortalecer nossa consciência de lugar, de continuidade e de identidade para podermos melhor pensar o futuro.

O Núcleo de Patrimônio Cultural, recém-criado e vinculado à Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento, vem para ser, em nome e com o apoio da gestão, o responsável pela construção da política cuidadora desse patrimônio. Uma de suas mais importantes estratégias é a de articular profissionais que estão envolvidos com este tema, convidando-os a serem agentes de planejamento. Seu alvo é o futuro, mas é o passado que lhe confere os objetivos.

O levantamento que se faz registrar nesta publicação formaliza o início dos trabalhos do Núcleo de Patrimônio Cultural. Que tenha este, longa e boa existência e que possa cumprir com seus objetivos.

Luiz Osório Rocha dos Santos

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento da Universidade Federal de Pelotas





“ESCURIDÃO E CLARIDADE, FLOR E LIVRO... SÓ O QUE PERDURA NOS INCITA”: o patrimônio cultural da ufpel em publicação e registro

Toda a pressa
Já terá passado
Pois só o que perdura
Nos incita

...

Tudo repousa:
Escuridão e claridade,
Flor e livro
Rilke

Lev Vygotsky, em uma de suas maravilhosas passagens, refere-se por palavras em metáforas, sobre a existência no círculo do tempo e na contagem das horas, de uma fração de segundo enigmática e profunda – marcada por aquele inexato instante em que se separa ou se une a noite do dia. Pelo autor, somos conduzidos a ver que não existe nada mais misterioso e ininteligível ou até intrigante e sombrio do que esse momento de transição entre a noite e o dia. O momento em que a manhã acusa a sua presença, porém a noite ainda não se verifica. Um olhar distraído não permitiria discernir se estamos diante de uma manhã incorporada numa noite ou se diante de uma noite culminando na manhã. Nessa hora vasta, que pode durar a referida fração de segundo, tudo e todos possuem uma aparência confusa, algo que possibilita crer em duas existências ou em uma existência desunida, noturna e diurna.

Valemo-nos da contribuição do autor russo para tentar expressar um começo de uma possível compreensão desses tempos, ditos de passagens, nos quais a cultura como patrimônio é solicitada enquanto registro. Acreditamos, assim, que se vivemos nós em existência aparentemente confusa, entre a noite e o dia, nesse espaço-tempo em que as mudanças produzem e são produzidas, por outro lado, é

justamente essa aparente ou provocada confusão que nos permite buscar e encontrar saídas para dilemas complexos. Acreditamos, pois, que vivemos em um momento de ruptura de paradigmas.

Nessa perspectiva, em se tratando de patrimônio cultural, parece-nos de fundamental importância estabelecer uma política de visibilidade a tudo aquilo que foi alvo de silenciamentos impostos por arbitrariedades múltiplas. Estamos diante daquele momento acima descrito como sendo o de uma noite-dia ou de um dia-noite, em que as propostas inovadoras nos impelem à recuperação da dimensão ética do fazer educativo, lugar em que a Universidade deve exercer seu papel e domínio.

Um princípio ético que seja rebelde e resista a todos os aviltamentos resultantes das práticas que através de Boaventura (2001) reconhecemos como “epistemicídios”. O grande epistemicídio direcionado às práticas e políticas que em torno do patrimônio cultural, na e da UFPel, podem ser traduzidas (mesmo considerando todas as formas de resistência atuantes e que respeitosa e ainda persistem), como um empobrecimento provocado em nossos horizontes, produzindo algo que por vezes somos levados apressadamente a concluir como uma absoluta falta de alternativas.

Há um desassossego no ar. Temos a sensação de estar na orla do tempo, entre um presente quase a terminar e um futuro que ainda não nasceu. O desassossego resulta de uma experiência paradoxal: a vivência simultânea de excessos de determinismo e de excessos de indeterminismos. Os primeiros residem na aceleração da rotina. As continuidades acumulam-se, a repetição acelera-se. A vivência da vertigem coexiste com a de bloqueamento. A vertigem da aceleração é também uma etapa vertiginosa. Os excessos de indeterminismo residem na desestabilização das expectativas. A eventualidade das catástrofes pessoais e coletivas parece cada vez mais provável. A ocorrência de rupturas e de descontinuidades na vida e nos projetos de vida é o correlato da experiência de acumulação de riscos inseguráveis. A coexistência destes excessos confere ao nosso tempo um perfil especial, o tempo caótico onde ordem e desordem se misturam em combinações turbulentas. Os dois excessos suscitam polarizações extremas que, paradoxalmente, se tocam. As rupturas e as descontinuidades, de tão frequentes, tornam-se rotina e rotina, por sua vez, torna-se catastrófica (SANTOS, 2005: 42).

Acreditamos que para que nesse tempo caótico as alternativas sejam possíveis é necessário que aconteça uma ruptura com os modelos de silenciamentos impostos ao longo dos tantos anos de insuficiências de políticas específicas em nossa instituição. Nesse caminho, é necessário focar nossa procura para aquilo que identificando as raízes de nossos problemas e adversidades nos remeta “para além” daquilo que se satisfaz pelo mero cumprimento de metas pautadas por uma necessidade pragmaticamente estipulada como plausível. Nesse sentido, é necessário subverter, ousar, resgatar, através desse novo paradigma, não mais as distâncias que nos afastam, mas sim aquilo que permita a ressignificação do patrimônio cultural que em nossa universidade sobre/vive em que pese a ausência de uma política institucional efetiva.

E se ainda retomarmos a metáfora característica do momento refletido pela transição entre a noite e o dia, poderemos ainda mais dizer que para que o processo de mudança paradigmática alcance a força necessária para as mudanças pretendidas, é também necessário que nos permitamos romper também com conceitos e práticas de limites, que demarcam fronteiras ou as concebem como intransponíveis.

Se concordamos, depois de Heidegger, que uma fronteira não é o lugar onde algo termina, mas sim onde um outro algo começa a se fazer presente, poderemos dizer que estamos diante de um momento único, em nossa história acadêmica, traçado pelo limiar da experiência nova que a criação do Núcleo de Patrimônio Cultural nesse momento nos oferece e oportuniza.

Este núcleo, que possui como missão o planejamento e a execução de políticas institucionais de salvaguarda do patrimônio da UFPel, é a materialização de um espaço onde pretendemos projetar nossos melhores sonhos como possíveis. Espaço onde a palavra patrimônio é expressa para se fazer abrigo de um sentido concreto e de uma aplicação fortalecida pela luta e pela vitória dessa conquista.

É assim que celebrando a criação do Núcleo e considerando esse cenário como propício, é que estamos gestando o papel das novas publicações e dos registros do patrimônio cultural através da Editora da UFPel. Tentaremos nas próximas linhas, de forma breve, sintetizar parte de nossa proposta editorial direcionada ao patrimônio cultural na e da universidade e do seu registro.

Pautados assim, pela necessidade de ruptura de paradigmas, a Editora da UFPel

assume neste momento de passagem o privilégio de se lançar no lugar de protagonismo daqueles que conferem ao registro da memória um traço inalienável na singularidade de nossa identidade, de nossa história, e da amplitude da consciência e da resistência diante do aniquilamento dos rastros de nosso passado e diante dos desafios que emanam em torno das transformações necessárias e capazes de ser produzidas em nosso presente e futuro.

De forma geral, nos seus projetos de origem, as editoras das instituições de ensino superior no Brasil estruturam suas práticas em torno de ausências de políticas e linhas editoriais sólida e claramente definidas, bem como de conselhos editoriais que legitimassem a produção acadêmica de forma positiva.

Pudemos verificar que o mesmo se deu com a Editora da UFPel. Assumimos em 2013 a direção de um projeto que, pelo diagnóstico inicial, revelou a cronicidade dos mesmos sintomas de origem das editoras universitárias brasileiras: a ausência de políticas e linhas editoriais e de um conselho editorial ativo.

Porém, ainda de forma geral, esse quadro de origem nas editoras universitárias que se iniciou na década de 60 do século passado, foi ao longo do tempo se transformando e, através de um processo gradativo de caráter reflexivo e crítico, foi evoluindo na perspectiva de um redimensionamento da prática editorial que passou a enfatizar a necessidade de reestruturação de suas bases através de propostas de alcance cultural mais abrangentes, implicadas com a dinâmica cultural nas quais as editoras se inscrevem e reivindicam.

O mesmo, infelizmente não aconteceu em igual compasso com a Editora da UFPel. No entanto, é com base no reconhecimento da necessidade de redimensionamento urgente da nossa realidade editorial que estamos trabalhando com convicção e afinco.

Adotamos, para começar, a estratégia de execução de projetos culturais sustentados pelo tripé ensino-pesquisa-extensão, através do qual a universidade cumpre com suas funções socialmente referendadas e definidas. São, portanto projetos ao mesmo tempo editoriais e políticos, na medida em que atuam como canalizadores das políticas institucionais específicas.

De fundamental importância nesse sentido é a nossa procura por assegurar o papel das Editoras da UFPel como veículo potencializador das práticas de intercâmbio e comunicação entre a universidade e a sociedade, fazendo de seus sujeitos

e produtos instrumentos ativos de ampliação e suprimento das fontes adequadas para a qualificação e diversificação dos materiais de leitura e impulsionando formas de saber e produções de conhecimento críticos e conectados com as necessidades que a sociedade desafia como possibilidade e necessidade de melhoria.

Cabe ressaltar que, por exemplo, o produto livro, portanto, para nós é um instrumento tanto de cultura, como para a cultura. E com base nessa compreensão é que a Editora da UFPel pretende dinamizar o fluxo de produções qualificadas também na perspectiva do resgate da memória do local onde está inserida.

Para poder exercer esta função, é vital que nossa linha de produção se verifique a partir da própria história da instituição como uma tarefa ética e política de reconhecimento da sua história, sendo fiel tanto ao seu passado como ao seu presente, naquilo que esse presente exige de intervenção ativa.

Não nos parece oportuno, pois, um tratamento editorial de nosso passado, emoldurando-o e tornando-o algo como um quadro, retratando a imagem exposta de um passado, que por vezes teimosamente foi mostrado como somente ruínas. Ou um quadro que pode ser apresentado como um adorno duvidoso preenchendo espaços obscuros das salas, corredores e espaços, por entre os quais a universidade foi se construindo - e por que não dizer também se consumindo.

Uma política editorial para o patrimônio cultural não pode e não deve assumir a forma e a fôrma desse quadro inerte. Um quadro que por muitos foi se instituindo tal como imagens enfraquecidas através do tempo pela exposição gasta e pela fragilidade da significação de sentido.

Mais do que um quadro, por mais belo que este possa ser, parece-nos que necessitamos, no registro da memória, de um outro dispositivo que nos inspire. Talvez esse dispositivo possa ser (quem sabe?) uma janela.

Uma janela tal como Bauman uma vez nos sugeriu diante do desafio de olhar para o passado em busca de seu registro. Janelas através das quais possamos olhar para a nossa história na busca do vislumbre das coisas que pelo descaso, como outra forma de tratamento, permaneceriam como invisíveis.

Num devaneio que a imaginação nos permite nos lançamos, assim, neste momento, ao ato de sonhar através dessa janela imaginada. Sonhar com uma poética que nos permita habitar os espaços da escrita, qualificando a lembrança do vivido. Uma política editorial que pelas linhas e entrelinhas lute contra o esquecimento e

as ameaças da extinção de nossas marcas, de nossos registros.

Mais do que figuras de retórica, projetamos através da linha editorial denominada “Memória e Cultura” o alimento permanente e, ao mesmo tempo, o antídoto contra as lembranças do passado, não como uma queixa ou como culpabilidade ou como culpa ou, quem sabe ainda, também como culto.

Projetamos, sim, um tratamento editorial do patrimônio cultural como um longo caminho, por onde possamos sem pressa fazer do passado o lugar de encontro daquilo que pelas palavras iniciais do poeta epigrafado, pois desde muito já sabemos que somente o que perdura... nos incita... Escuridão e claridade, flor e livro.

Denise Marcos Busolletti

Diretora da Editora e Gráfica da Universidade Federal de Pelotas



A GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM PELOTAS: um processo de conscientização e crescimento da cultura local

As cidades são espaços vivos depositários de artefatos materiais e imateriais das sucessivas gerações que ali habitaram. As edificações que dela fazem parte são bens representativos dessa memória coletivamente construída, por isso torna-se evidente a importância da preservação de toda e qualquer forma arquitetônica que resgate a história destas civilizações e constituam assim uma identidade patrimonial coletiva.

O êxito da preservação destes espaços, ditos patrimônio, esta diretamente relacionada ao entendimento de preservação enquanto processo de formação e reconhecimento da cultura de uma comunidade, fato que ultrapassa a implementação de ações institucionais e de instrumentos legais preservacionistas. A partir desse entendimento é que Pelotas implementou sua política de preservação, após várias décadas de lutas norteadas pela busca da consolidação de seus anseios preservacionistas.

Os primeiros movimentos preservacionistas em Pelotas

Fazendo um paralelo com a história da preservação em nível nacional, podemos dizer que Pelotas construiu sua memória preservacionista seguindo as mesmas premissas e os mesmos conceitos adotados no país. As primeiras ações efetivamente instituídas reportam-se ao tombamento de bens imóveis e, assim como ocorreu em todo território nacional, o reconhecimento desses bens como patrimônio cultural deu-se pelo seu caráter de monumento arquitetônico. Somente com a ampliação do conceito de patrimônio, favorecido pelo processo de democratização e inclusão da sociedade nas práticas de políticas públicas, é que o caráter urbano e o valor de conjunto são inseridos neste contexto.

O distanciamento temporal que ocorreu entre as práticas em nível nacional

e local se justifica, de certa maneira, pela ausência de autonomia administrativa municipal para gerenciar essas ações, o que foi superado com a promulgação da constituição de 1988, que atribuiu aos municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local, possibilitando assim, a elaboração de leis específicas de proteção ao patrimônio.

Em Pelotas, já no início dos anos de 1980, com a aprovação do II Plano Diretor da cidade, são introduzidos os primeiros conceitos de preservação em nível municipal. O novo instrumento de planejamento urbano, apesar de apresentar uma base teórica com objetivos preservacionistas, confronta-se com essa premissa de conservação do patrimônio ao implantar um regime urbanístico incentivador da ocupação e renovação do uso do solo para a área central, região de maior concentração de bens com valor histórico-cultural. O índice de aproveitamento mais elevado e altura livre estabelecidos para essa área, definida como ZCC – zona de comércio central –, na verdade geram um acelerado processo de destruição do acervo histórico-cultural registrado através da arquitetura, provocando a substituição de construções residenciais de um ou dois pavimentos por edifícios em altura. As constantes demolições sem autorização e sem controle efetivo do poder público, juntamente com alterações no parcelamento do solo através de unificações de lotes, provocam uma grande descaracterização e desqualificação do espaço urbano, que passa de uma paisagem homogênea, com uma linguagem arquitetônica padrão, ao predomínio de uma paisagem heterogênea, com construções que não mais se integram, pois as novas inserções não consideram o preexistente como condicionante para sua implantação.

As inovações “teóricas conceituais” relacionadas à preservação histórico-cultural introduzidas com o novo plano diretor inserem a cidade de Pelotas nas práticas preservacionistas da atualidade. A declaração da necessidade de: criação das zonas de preservação, tombamento de alguns exemplares, elaboração do cadastro de prédios de interesse patrimonial e a preocupação com o entorno dos prédios históricos são alguns dos principais aspectos contidos no novo plano.

Cabe destacar que somente 20 anos mais tarde é que efetivamente, com a regulamentação da Lei 4568/2000, algumas destas ações foram postas em prática. Em 1982, com base no decreto federal 25/37, é instituído o tombamento em nível municipal através da aprovação da lei nº2708/82, que também cria o Conse-

lho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (COMPHIC), prevê a isenção de IPTU aos prédios tombados e a possibilidade de transferência do direito de construir equivalente ao potencial construtivo da zona. “Pelotas estava na vanguarda dos acontecimentos culturais quando contava com este instrumento legal para proteger seu patrimônio de qualidade e de quantidade tão expressiva”. Porém, forças político-econômicas locais produtoras do espaço urbano e contrárias à preservação promoveram, em 1988, a aprovação de uma nova lei 3128/88, que, alterando a anterior, provocou um retrocesso no processo que estava sendo implantado.

Durante o período de atuação do Conselho Municipal, foram analisados 10.000 prédios, dos quais 1189 foram cadastrados no inventário e 236 tombados provisoriamente em 1987. A principal alteração introduzida pela Lei 3128/88 diz respeito ao condicionamento do tombamento definitivo à apreciação da Câmara Municipal, o que transformou um ato tipicamente administrativo, da competência do poder executivo, como determina o decreto 25/37, em conduta dependente do Poder Legislativo. A mesma lei ainda estabelece a criação de um Conselho Revisor, ao qual foi atribuída a competência de avaliar as decisões originárias do COMPHIC. Constituído, em sua maioria, por representantes do mercado imobiliário, o Conselho Revisor desarticulou o grupo de preservação e impediu o avanço em prol da defesa do patrimônio. Com isso, dos 236 prédios com tombamento provisório, decretado em 1987, apenas 11 foram definitivamente protegidos por tombamento municipal. Atualmente, além dos tombados em nível municipal, existem quatro prédios e dois monumentos tombados em nível federal (Casarões nº. 02, 06, 08; Teatro Sete de Abril; Caixa d’água; Obelisco Republicano) e sete em nível estadual (Casa da Banha; Antigo Faculdade de Agronomia; Castelo Simões Lopes; Instituto João Simões Lopes; Casarão da Santa Tecla, nº392; Casarão da Félix da Cunha, nº570; e a Catedral São Francisco de Paula).



Exemplos de prédios tombados, à esquerda “Casa da Banha”, tombamento estadual; ao centro “Mercado Público”, tombamento municipal; e à direita “Teatro Sete de Abril”, tombamento federal.

Fonte: Fotos da autora, 2008.

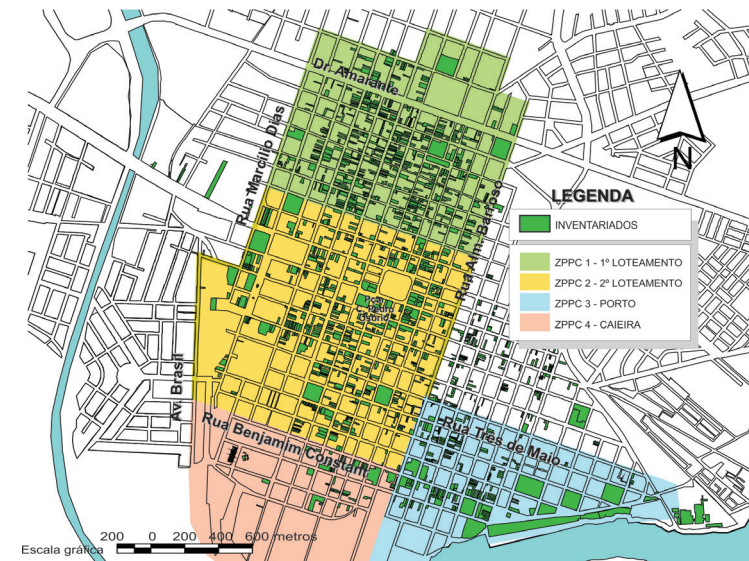
Quase uma década depois, há uma tentativa de retomar o esforço no sentido de preservação do patrimônio, com a aprovação de uma nova lei municipal 4096/96 que, apesar de ter um cunho mais democrático e demonstrar claramente a intenção de preservar, não consegue efetivamente atingir os objetivos propostos. A extinção de alguns artigos das antigas legislações e a criação de um novo Conselho Municipal de Cultura, o CONCULT, substituindo o COMPHIC, provoca algumas dificuldades nas interpretações das legislações, favorecendo os grupos contrários à preservação.

Em contraponto o grupo de preservacionistas, representados por técnicos do Poder Público Municipal e da Universidade Federal de Pelotas, voltam a mobilizar-se, neste momento já percebendo a adesão da comunidade que começa a sentir-se parceira dessa luta. Elaboram o Sistema Municipal de Preservação Cultural – SIMPAC, que contempla as mais variadas questões referentes à defesa do patrimônio cultural de Pelotas, como formas de preservação, cadastro e classificação dos bens imóveis de interesse cultural, incentivos, restrições, avaliação do entorno para novas inserções, etc. Depois de muita discussão envolvendo vários setores da sociedade, esse sistema bastante amplo foi aprovado, com restrições significativas comparando à integridade do projeto original, resultando na Lei 4568/2000.

Lei 4568/2000 - um divisor de águas

A regulamentação do inventário estabelecida pela Lei 4568/2000, permitiu ao poder público a efetiva gestão dos bens inventariados, tornando-se o principal instrumento legal utilizado, técnica e administrativamente, na defesa do patrimônio arquitetônico.

A partir da lei ficam instituídas as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural – ZPPCs, são listados os bens integrantes do inventário e torna-se possível o controle das descaracterizações promovidas nos bens patrimoniais, assim como a possibilidade de regramento das futuras intervenções nos prédios inventariados e nos seus confrontantes laterais. As ZPPCs foram delimitadas seguindo o processo de formação e desenvolvimento urbano de Pelotas e representam os primeiros loteamentos implantados na cidade. Os imóveis cadastrados no inventário do patrimônio cultural atualmente totalizam mais de 1700 prédios, que estão, na sua maioria, localizados nas zonas de preservação.



Mapa de delimitação das Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural (ZPPC) com a localização dos imóveis integrantes do Inventário.



Exemplos de imóveis integrantes do Inventário do Patrimônio Cultural de Pelotas.

O reconhecimento de áreas urbanas como zonas de preservação e a proteção aos imóveis inventariados instituídos a partir da Lei Municipal nº. 4568/2000 promoveram mudanças significativas no processo de preservação do município, as quais necessitam ainda de complementações para a efetiva implementação do reconhecimento do patrimônio em âmbito urbano.

O Inventário, apesar de legalmente regulamentado através da citada lei, ainda é um instrumento carente de aperfeiçoamento, que necessita de revisão e aprofundamento. Uma das principais carências diz respeito à impossibilidade de uma avaliação mais ampla do bem a ser preservado que priorize efetivamente o entorno e não o bem de forma isolada. Também se percebe que muitos exemplares significativos não se encontram cadastrados e que a arquitetura protomoderista está pouco representada no cadastro.

A readequação da estrutura administrativa

O município durante a primeira década do ano 2000 passou por uma transformação político-administrativa que possibilitou a continuidade e o avanço nos debates preservacionistas, pondo em prática ações em defesa efetiva do patrimônio local. A criação da Secretaria Municipal de Cultura, atual órgão responsável pelas políticas de preservação no município, e a ampliação do quadro técnico profissional do departamento de preservação através de contratações via concurso público, foram ações fundamentais para acelerar o processo de valorização e reconhecimento do patrimônio histórico da cidade.

Atualmente as ações de preservação estão focadas em dois objetivos específicos: o primeiro visa garantir a permanência dos exemplares remanescentes, tombados e inventariados, como testemunhas de um período, guardiões da memória e da história da cidade, e o segundo pretende qualificar o espaço urbano, entorno dos bens de referência histórico-cultural através de mecanismos de reconhecimento e valorização desse acervo. Assim, são gerenciadas ações como: definição de critérios de intervenções em bens tombados e inventariados e em áreas urbanas públicas, incluindo orientações, análise, fiscalização e elaboração de projetos de reciclagem e restauro; projetos de educação patrimonial e planejamento de novas políticas públicas de preservação, através da Gerência Memória e Patrimônio, da Secretaria Municipal de Cultura.

A política do incentivo fiscal

Em 2002, a revisão no Código Tributário do município instituiu a possibilidade de isenção de IPTU aos imóveis integrantes do inventário, através da lei 4878/2002, atual 5146/2005. A concessão do benefício apesar de não representar um grande atrativo financeiramente, obteve desde sua regulamentação uma forte adesão dos proprietários e ao longo do tempo foi gradativamente provocando alterações positivas no contexto urbano. As fachadas dos prédios passaram a ser melhor conservadas e em alguns casos inclusive alterações mais significativas, como readequação compositiva, foram executadas.

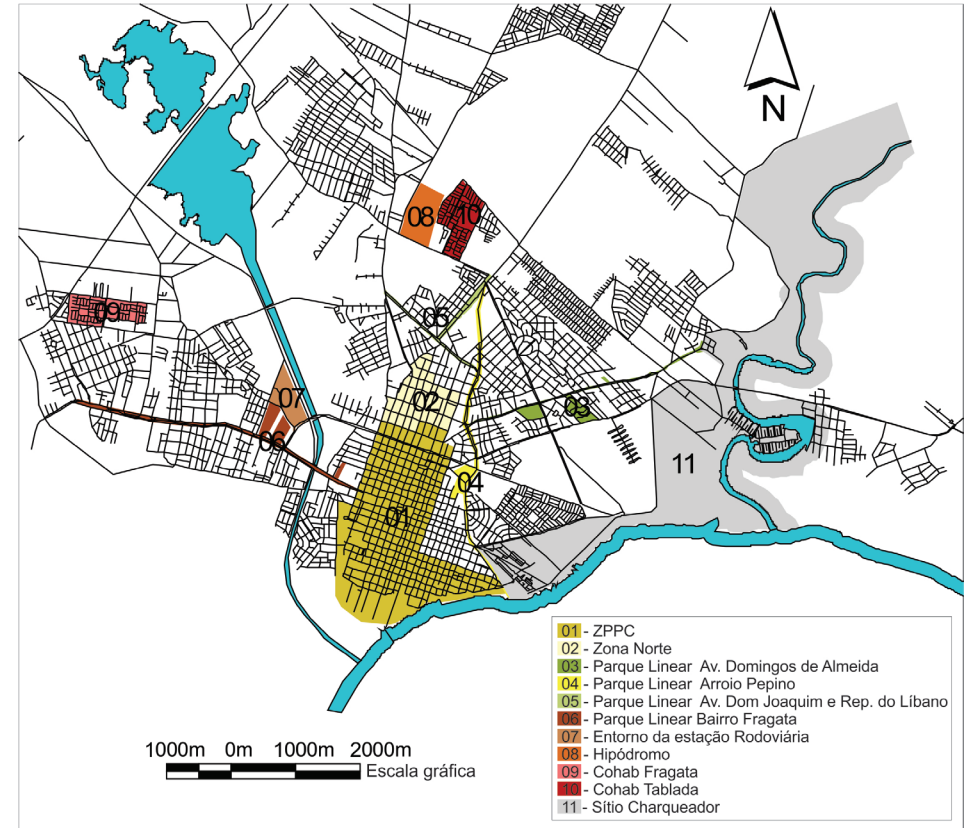
Os procedimentos administrativos para a solicitação de isenção de IPTU envolvem duas secretarias, Gestão Financeira, que administra o trâmite financeiro e Cultura, que é o órgão técnico responsável pela avaliação e deferimento do benefício. O requerimento deve ser protocolado anualmente pelo proprietário e, após vistoria externa ao prédio, o parecer técnico é emitido considerando seu estado de conservação e manutenção das características arquitetônicas. Além da recuperação dos prédios a política de isenção de IPTU aos imóveis inventariados propiciou o contado com o proprietário, a aproximação e inclusão da comunidade no processo de preservação, transformando-se num instrumento de educação patrimonial.



Exemplos de intervenções em imóveis integrantes do Inventário do Patrimônio Cultural.

O novo Plano Diretor de Pelotas no âmbito cultural

Em 2008, a aprovação do III Plano Diretor de Pelotas, efetivou novos avanços na área de preservação cultural do município através da definição de Áreas de Especial Interesse do Ambiente Cultural – AEIAC e, inseridos nestes, Focos de Interesse Cultural – FEICs. Esta proposta, em termos conceituais, reforça a concepção de patrimônio e cultura que reconhece o valor do contexto, tanto quanto do monumento isolado. Para a definição das áreas foram considerados os aspectos e as relações entre as características históricas, arquitetônicas, urbanísticas, paisagísticas, incluindo ainda neste rol as práticas sociais identificadas na zona urbana como um todo. Para cada uma das AEIACs e FEICs foram traçadas diretrizes gerais de preservação que valorizam e reconhecem as potencialidades de cada área em prol da manutenção de suas características peculiares, as quais contemplam desde a preservação de prédios, monumentos e espaços urbanos até ao incentivo a manifestações culturais desenvolvidas nos espaços urbanos que traduzem a identidade cultural local.



Mapa da zona urbana de Pelotas com a localização das AEIACs.
Fonte: Secretaria Municipal de Cultura.

A valorização do patrimônio arquitetônico entendido como elemento integrante de um contexto histórico resultou em mudanças significativas nos instrumentos urbanísticos contidos no novo plano. O regramento, de redução de altura para novas inserções na área central, passa a proteger as áreas patrimoniais e não apenas prédios históricos. Na maioria da área central, a possibilidade de altura livre é alterada para no máximo treze metros, o que corresponde a uma edificação de quatro pavimentos. A alteração representa, além da isonomia do uso e ocupação do solo, a possibilidade de, no mínimo, manter as características urbanísticas existentes procurando valorizar o acervo preservado.

Outra importante ação regulamentada através do novo Plano Diretor trata-se da classificação dos imóveis inventariados em níveis de preservação. Ao longo de quase duas décadas estes bens sofreram substanciais transformações em suas características arquitetônicas e também no seu entorno, fato que não pode oportunamente ser analisado para a promulgação da lei 4568/2000, que passou a enquadrar legalmente todos os bens na mesma categoria. O enquadramento dos imóveis em quatro níveis estabeleceu a cada grupo um diferente regramento para futuras intervenções, aprimorando com isto as determinações da lei do inventário. O método de análise avaliou o bem seguindo três categorias: valor arquitetônico - domínio ou não de elementos característicos da arquitetura inventariada de Pelotas; valor urbano - sua importância na paisagem, seu entorno imediato; e presença de descaracterizações.

Art. 69 - Os imóveis integrantes do inventário e descritos em lei municipal serão, por ato do Executivo Municipal e de acordo com a avaliação da Secretaria Municipal de Cultura, enquadrados em um dos quatro níveis de preservação, assim definidos:

I - Nível 1: Inclui os imóveis componentes do Patrimônio Cultural que ensejam a preservação das características arquitetônicas, artísticas e decorativas internas e externas. Os bens enquadrados neste nível não poderão, em hipótese alguma, serem destruídos, descaracterizados ou inutilizados, podendo vir a ser tombados. Sua preservação é de extrema importância para o resgate da memória da cidade.

II - Nível 2: Inclui os imóveis componentes do Patrimônio Cultural que ensejam a preservação de suas características arquitetônicas, artísticas e decorativas externas, ou seja, a preservação integral de sua(s) fachada(s) pública(s) e volumetria, as quais possibilitam a leitura tipológica do prédio. Poderão sofrer intervenções internas, desde que mantidas e respeitadas suas características externas. Sua preservação é de extrema importância para o resgate da memória da cidade.

III - Nível 3: Inclui os imóveis componentes do Patrimônio Cultural que ensejam sua preservação devido às características de acompanhamento e complementaridade de imóveis classificados como de nível 1 (um) ou 2 (dois). Poderão sofrer intervenções internas e externas para qualificar e melhorar sua com-

posição arquitetônica e urbana, acrescentando ou não novos elementos, desde que não descaracterizando sua volumetria e ambiência, já configuradas e de extrema importância para o contexto urbano da cidade.

IV - Nível 4: Inclui os imóveis componentes do Patrimônio Cultural cujas características arquitetônicas, artísticas e decorativas não apresentam caráter de excepcionalidade, acompanhamento e complementaridade arquitetônica ou, tendo este caráter, encontram-se em tal grau de descaracterização que podem vir a ser substituídas sem acarretar maiores perdas ao patrimônio histórico e cultural da cidade. Assim, os bens enquadrados neste nível poderão sofrer alterações internas e externas, acrescentando ou não novos elementos e demolições parciais ou totais. (Lei Municipal Nº 5502 / 2008 – art. 69)

Como avanço conceitual o III Plano Diretor de Pelotas traz ainda em sua base teórica um reforço à valorização do caráter urbano como meio de preservação patrimonial, quando inclui entre as treze potencialidades do Sistema de Ideias a seguinte conceituação para incremento do modelo urbano proposto: “XII - A CIDADE HISTÓRICA: Manejo do patrimônio urbano, oferecendo dimensões urbanas e não exclusivamente arquitetônicas ao patrimônio construído, com vistas a aportar a conservação e preservação das edificações com valor histórico”, (Lei Municipal Nº 5502 / 2008 – art. 15º).

A concretização de importantes projetos através do Programa Monumenta

Durante a última década a população de Pelotas conviveu com várias intervenções de restauro nos principais prédios históricos da cidade. A inclusão de Pelotas num grupo restrito, de apenas 26 cidades selecionadas em todo território nacional, para integrarem o Programa Monumenta, atraiu o olhar da comunidade e despertou interesses sobre a identidade cultural local.

Os investimentos econômicos federais com contrapartida do município recuperaram o monumento do Chafariz - Fonte das Nereidas, requalificaram a Praça Coronel Pedro Osório e restauraram os principais prédios localizados no seu entorno, onde se incluem o Paço Municipal, o Mercado Central, o Grande Hotel e os Casarão nº2 e 6.



casa nº 2

paço municipal

Prédios restaurados através do Programa Monumenta.

As premissas do programa que previam ações patrimoniais além da recuperação física de prédios e monumentos históricos, possibilitaram também a implementação de várias outras ações culturais nas áreas de música, dança, teatro, artes plásticas, qualificação profissional, reconhecimento da cultura local e educação patrimonial, as quais envolveram diversos segmentos da sociedade para sua execução, através de parcerias.

Dentre estes, destacamos o projeto “Inventário de Referência Cultural – Produção de Doces Tradicionais Pelotenses”, desenvolvido enquanto pesquisa científica, com metodologia fornecida pelo IPHAN, o qual identificou e registrou o modo tradicional do “saber” e “fazer” doces típicos pelotenses.

Outra importante ação realizada com recursos do programa foi a elaboração do “Manual do usuário de imóveis inventariados de Pelotas”, livreto distribuído aos proprietários de prédios históricos com o objetivo de promover a divulgação e o conhecimento sobre o acervo de bens que integram o inventário. O caráter educativo do material forneceu à população usuária destes espaços informações básicas sobre sua importância histórica e cultural, esclarecendo aspectos relativos às práticas de preservação e apresentando esclarecimentos sobre o que, por que e como preservar. A iniciativa superou os objetivos propostos e atingiu não apenas os usuários de prédios, atualmente o livro serve de referência bibliográfica para trabalhos acadêmicos e também como fonte de orientação aos técnicos que pretendem intervir em prédios históricos.



Imagem do Manual do Usuário de Imóveis Inventariados

Ainda integrando as ações do programa, destacamos a produção de livros didáticos de educação patrimonial. A proposta surgiu da necessidade de subsidiar os professores da rede pública, de ensino fundamental, com um material específico de abordagem interdisciplinar, sobre o patrimônio, para o desenvolvimento de uma cultura de valorização e identificação das características locais e consequentemente a preservação do patrimônio. Foram elaborados e distribuídos nas escolas públicas e privadas dois diferentes livros, um destinado às séries iniciais e outro às séries finais, ambos contemplando as mesmas temáticas conceituais, porém com formas de abordagem distintas, considerando as faixas etárias a que se destinam.

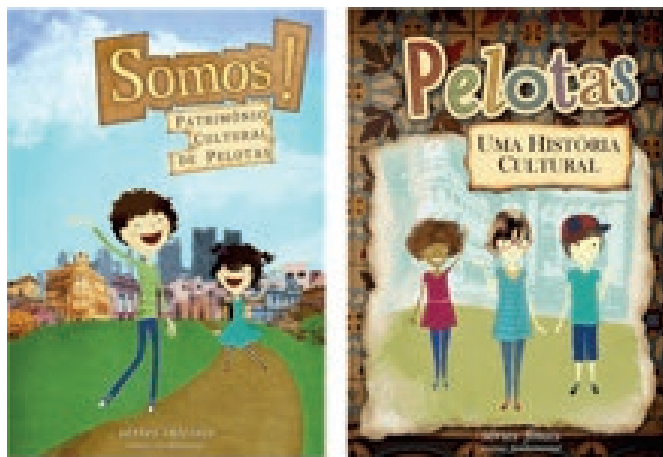


Imagem dos Livros Didáticos de Educação Patrimonial.

As carências atuais e perspectivas futuras

A retomada do crescimento econômico da região vem provocando, novamente, fortes pressões por parte da indústria da construção civil na cidade. Esta realidade pressupõe, dos órgãos responsáveis, maior e melhor gestão das políticas públicas patrimoniais. O papel da fiscalização é fundamental neste gerenciamento, assim entende-se que o mais adequado seria a formação de um grupo de fiscais específico para controlar as intervenções irregulares em prédios históricos. Aponta-se também a necessidade de instituir uma melhor administração e controle das publicidades em estabelecimentos comerciais, pois, apesar da existência de uma legislação específica, é urgente que se de início a uma ação educativa para posteriormente por em prática a fiscalização para cumprimento da lei.

Como previsão de novas ações, para curto e médio prazo, destaca-se a inclusão de Pelotas na vigente política do cultural do governo federal denominada – PAC das Cidades Históricas.

Mais uma vez a cidade esta inserida num grupo seletivo de municípios do país, que irão receber recursos financeiros para realização de obras de restauro, requalificação de espaços públicos e reestruturação de espaços internos em bens patrimoniais.

A trajetória de Pelotas, brevemente relatada, é testemunha de que a ideia da

preservação do patrimônio histórico exige do poder público a implantação de políticas específicas, que não podem estar restritas a apenas instrumentos legais, mas devem também contemplar ações culturais de educação patrimonial, que incentivem a aproximação da sociedade com o acervo protegido e com os órgãos gestores, conciliando interesses públicos e privados e construindo uma consciência sobre a possibilidade de desenvolvimento econômico a partir da preservação do patrimônio.

Liciane Machado Almeida

Gerência Memória e Patrimônio - Secretaria Municipal de Cultura de Pelotas



A AÇÃO DO NEAB/FAURB NA PRESERVAÇÃO DOS CENTROS HISTÓRICOS DA REGIÃO SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas vem trabalhando com experiências na preservação do patrimônio cultural desde os anos 80 do século passado. Essas experiências levaram à organização de um laboratório de estudos, o núcleo de estudos de arquitetura brasileira (NEAB), o qual agrupa uma série de atividades nas áreas: didática, de pesquisa e de extensão, que envolvem assuntos ligados à arquitetura brasileira em geral. Em decorrência disto, há muito material coletado, experimentos em andamento, não só na área de arquitetura propriamente dita, mas também na área de planejamento urbano, atividades interligadas ao departamento de tecnologia da construção, no que tange aos estudos de patologias da construção. Enfim, produziu-se uma metodologia mais adequada para a nossa região, com várias análises da morfologia urbana, estudando o impacto das tipologias encontradas na paisagem urbana e na sua possível transformação através de futuras intervenções.

O NEAB propõe atividades para que se possa viabilizar o andamento dos projetos no que toca à busca de recursos materiais e intercâmbio com áreas afins com o propósito de se ter retorno à comunidade seja na forma didática, divulgação ou publicação do material arrolado.

As primeiras experiências da FAUrb, nos anos 80, englobaram atividades de cadastros de indivíduos arquitetônicos em algumas disciplinas curriculares, de projeto e de Arquitetura Brasileira, assim como, em atividades em conjunto com a Prefeitura Municipal de Pelotas e com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, os chamados Inventários de Patrimônio Arquitetônicos, os quais embasaram as leis estadual e municipal: Zona de Preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas – ZPPCS, definida na Lei Municipal no4568/2000 e na Lei Estadual no11.499/2000, que delimitam as zonas de pre-

servação históricas, atualmente inseridas no III Plano Diretor de Pelotas.

A experiência, com metodologias mais aprofundadas no assunto, tem origem numa disciplina de projeto (atelier), em que se trabalhava exclusivamente com a reciclagem de edifícios significativos do ponto de vista da história da cidade de Pelotas. A preocupação com a preservação do acervo eclético-historicista (e também colonial) fundamenta, desde a origem, a experiência da disciplina.

Em meados da década de 90 houve exigência, através de legislação nacional, para os cursos de arquitetura e urbanismo no Brasil, pela integração dos conteúdos que abordassem a temática da preservação do patrimônio cultural, na qual o curso de Arquitetura e Urbanismo foi pioneiro.

A partir da década de noventa, uma nova disciplina curricular, englobou duas dimensões, a do arquitetônico e a do urbano, ainda somente na cidade de Pelotas, e no fim da década passou a explorar as cidades da região do distrito geo-educacional da UFPEL. Essa disciplina, desde 1998, passou a atuar em: Pinheiro Machado, Piratini, Canguçu, Rio Grande, São José do Norte, Arroio Grande, São Lourenço do Sul, Pedras Altas, Herval, Cerrito e Jaguarão (Fig.1).



Fig.1 – mapa parcial do Rio Grande do Sul com a área de abrangência dos estudos. Edição da figura: Rafael Arnoni e Carolina Alves, 2013.

Os conteúdos de renovação urbana introduzidos na nova disciplina passaram a trabalhar com pequenas “amostras de tecido urbano”, com estudos baseados numa metodologia de levantamento voltada para a classificação tipológica das edificações. A reciclagem da edificação individualizada ficou, desde então, condicionada a decisões urbanísticas que ultrapassaram a concepção de cidade prevista no Segundo Plano Diretor de Pelotas, vigente na época, que não promovia a preservação do patrimônio histórico, ou uma articulação passado-presente da cidade.

A disciplina de Técnicas Retrospectivas: Projeto de Arquitetura e Urbanismo elabora planos de intervenção para preservação em centros e/ou sítios históricos com abordagens de percepção topoceptiva e de desenho urbano em cidades de porte médio e pequeno, que não tenham um corpo técnico qualificado na administração municipal.

O plano de diretrizes aborda a regulamentação de novas inserções ao lado das pré-existências e das intervenções formais que substituam as descaracterizações ocorridas na tipologia arquitetônica original. Para o estudo das tipologias originais são aplicadas técnicas específicas de análise formal e iconográfica das edificações. O plano aborda também as potencialidades da área para o turismo. São intervenções no sistema viário, abordando moderação de tráfego, mobiliário urbano, regulamentação de placas e letreiros nas áreas comerciais, toldos, balanços, normas de rampas e pavimentações adequadas para pessoas portadoras de dificuldades locomotoras e visuais. O plano trabalha no nível geral da área e com intervenções setoriais, pertencentes a cada grupo, através de desenho urbano detalhando as indicações do plano.

Outra experiência que merece citação foi a que resultou na elaboração do “Plano de Renovação Integrada de Jaguarão” (PRIJ), produto de uma assessoria à Prefeitura Municipal de Jaguarão (RS), realizada no período entre 1991-92. A assessoria contou com a colaboração de bolsistas da FAURB e da Faculdade de Direito da UFPEL. Esse plano serviu de base para que se pudessem aperfeiçoar critérios de preservação e monitoramento da paisagem urbana de maneira mais regionalizada, rompendo com a dependência de experiências brasileiras do Sudeste do País (Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo), que nem sempre e em todos os aspectos se adaptam às características do Rio Grande do Sul, e em par-

ticular à Região da Campanha (Litoral Sul e Fronteira com o Uruguai). O PRIJ consiste num documento de valor inestimável para a disciplina, tanto pelo seu conteúdo como amadurecimento da prática da disciplina.

Ao longo dessa trajetória foram obtidos resultados, com desdobramentos em outros projetos com as prefeituras municipais, que permitiram a divulgação e deram prestígio às ações da UFPel nos municípios da região, viabilizando outros projetos com outras instituições como, órgãos governamentais: IPHAN - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e IPHAE - Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Dentre eles destacam-se, os inventários de reconhecimento dos centros históricos de Pelotas - primeiro loteamento, em 1983 e o de Jaguarão, em 1987, em parceria com o IPHAN e o projeto de “Qualificação do espaço urbano de Piratini”, que trabalhou com resultados da disciplina de técnicas Retrospectivas através dos exercícios de percepção e recriação da “cor urbana”, coordenados pela professora Natalia Naoumova, parceria NE-AB/FAUrb e IPHAE .

Na cidade de São José do Norte a atividade de extensão teve três desdobramentos: o “Levantamento da Antiga Prefeitura de São José”, que serviu de base para um projeto de restauro no curso CECRE – especialização em restauro da UFBA, a Prefeitura de São José dentro do Projeto UNISOL solicitou à FAUrb desdobramento da proposta de sinalização do sistema viário contido no “Projeto de Plano de Diretrizes de Preservação” e a elaboração de projeto de qualificação do Centro Histórico de São José e parceria com o IPHAE, semelhante ao de Piratini. A atual administração da Prefeitura de Jaguarão está utilizando os resultados da disciplina de Técnicas Retrospectivas na elaboração dos projetos do PAC-Cidades Históricas.

Há vários anos os docentes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel têm se dedicado a estudar a preservação, a proteção e reutilização dos prédios de valor cultural da Instituição, sendo que alguns já possuem legislação de proteção seja por tombamento Federal ou por estarem arrolados nas legislações que oficializaram os inventários e há outros prédios que estão sendo estudados na perspectiva de processos de tombamento no nível estadual pelo IPHAE.

A formação de profissionais arquitetos urbanistas capacitados para dedicar-se à causa preservacionista, aprofundar estudos nessa área e conduzir ações efe-

tivas de preservação somado ao fato da atual Reitoria da UFPel ter a vontade política de estabelecer acordos entre a comunidade, setor privado e público, faz com que se unam os esforços de recuperar a memória da cidade de Pelotas e de revitalizá-la, não só para as atuais como para as futuras gerações, que precisam entender em que contexto cultural vivem.

Ana Lúcia Costa de Oliveira
Sylvio Arnoldo Dick Jantzen
Aline Montagna da Silveira

Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFPel





O ENSINO E A PESQUISA EM MEMÓRIA E PATRIMÔNIO NO CAMPO INTERDISCIPLINAR

O Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, composto pelos níveis de Mestrado e Doutorado, foi ao mesmo tempo, influenciado pelo contexto da cidade e região no qual se encontra, e uma consequência de ações voltadas ao campo da memória e patrimônio que caracterizaram seu corpo docente de origem.

O Programa de Pós-graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Mestrado/Doutorado, objetiva qualificar profissionais de diversas áreas do conhecimento para atuar em instituições do setor público, privado ou não governamental, respondendo direta ou indiretamente a questões referentes à memória social e ao patrimônio cultural, bem como para atuar nas diferentes instâncias de gestão de memórias, além de vir a promover a valorização da autoestima das comunidades por meio de suas ações voltadas à preservação da memória social e do patrimônio cultural, envolvendo pesquisa, educação, proteção e intervenção.

A organização de um Programa de pós-graduação no campo da memória e pós-graduação, numa cidade como Pelotas, justifica-se pelo contexto no qual surgiu, no ano de 2006, o Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, primeira experiência de pós-graduação *stricto sensu* na metade sul do estado e primeiro Mestrado acadêmico na área Interdisciplinar no Rio Grande do Sul. A cidade de Pelotas ocupa hoje um lugar de grande destaque na zona sul do Brasil, por suas ações referentes ao patrimônio. Documentos importantes fazem parte dessa história, sendo um deles a Carta de Pelotas, publicada em 1978 e onde já se tinha o embrião de algumas ações empreendidas futuramente, como o Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural de Pelotas. A busca por um sistema de proteção ao patrimônio foi o elemento central desse documento assinado por diferentes profissionais vinculados ao patrimônio urbano e preconizava a

necessidade de geração de instrumentos de tutela, incentivo e fiscalização do poder público ao patrimônio identificado e inventariado. O documento propunha o inventário de 127 bens culturais e seu respectivo cadastro, buscando instituir um sistema de catalogação como forma de preservação do bem cultural em todo o estado do Rio Grande do Sul.(DURO,2009)

Esse documento foi peça fundamental para que, em 1980, fosse aprovado o II Plano Diretor do Município prevendo a divisão da cidade de Pelotas em ZPPC's, Zonas de Preservação Paisagística Cultural, o que mais tarde originou as Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural de Pelotas – ZPPCs, apresentando mudanças significativas para a organização da cidade.

No plano nacional Pelotas foi contemplada com o Programa MONUMENTA que teve início no ano de 1999 e término em 2010, coordenado pelo Ministério da Cultura e desenvolvido em parceria com Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Obras de propriedade privada ou pública, de destacado valor patrimonial, foram recuperadas com o incentivo do Programa, sendo a região central da cidade, composta pela Praça Coronel Pedro Osório, o prédio do Grande Hotel, Mercado Público e Paço Municipal, os maiores beneficiados por essa ação de restauro e revitalização. (ZAMBRANO;CAETANO,2012).

Atualmente Pelotas faz parte de uma das 173 cidades brasileiras participantes do projeto governamental PAC Cidades Históricas, cujo objetivo é instituir um programa permanente de preservação do patrimônio promovendo melhoramentos no espaço urbano como um todo. A meta de investimentos é de cerca de R\$ 250 milhões por ano e as cidades envolvidas já iniciaram seus Planos de Ação. A iniciativa integra os governos estaduais e municipais mobilizados para a construção do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, com destaque para o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura e a Associação Brasileira das Cidades Históricas.

No âmbito da pós-graduação, em 2012 foi aprovado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), o Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural, formando-se assim um Programa de pós-graduação em dois níveis e ampliando os espaços de pesquisa e ação social.

Em termos regionais o PPGMP se apresenta como um polo centralizador, re-

cebendo futuros mestres e doutores que representam administrações de municípios cuja importância patrimonial já foi claramente atestada, tais como Bagé, Jaguarão, Rio Grande, Piratini. Em todos esses municípios o PPGMP possui vínculos, seja através de ações que ali foram desenvolvidas, seja pela participação de egressos do curso que atuam em órgãos vinculados ao setor de patrimônio e memória.

Nesse sentido, algumas pesquisas e atividades realizadas por docentes vinculados ao PPGMP, estão na base dessa cadeia de interação e cooperação que se deseja sempre manter com os municípios dessa região ao sul do estado. Exemplo de pesquisas que apontam para essa interação temos a requalificação urbanística dos sítios históricos, tema de pesquisa de dois docentes do curso, professores Ester Gutierrez e Sidney Gonçalves Vieira; recuperação de monumentos e imóveis públicos, envolvendo os professores Carlos Alberto Santos Ávila e Margarete Regina Freitas; fomento ao desenvolvimento das cadeias produtivas locais, especialmente as tradicionais, tema de trabalho dos professores Maria Leticia Mazzucchi Ferreira e Fabio Vergara Cerqueira; promoção do patrimônio cultural, no qual atuam as professoras Francisca Ferreira Michelin, Juliane Serres, Isabel Porto Nogueira e Maria de Fatima Bento Ribeiro.

Desde o ano 2009, novos campos investigativos foram se abrindo como decorrência de acordos de cooperação estabelecidos entre o PPGMP e instituições no Brasil e Exterior. O primeiro desses convênios foi o estabelecido entre o PPGMP e a Universidad de La Republica em Buenos Aires, Argentina, na modalidade Centros Associados para Fortalecimento da Pós-Graduação (CAFP). Esse convênio, do qual participaram até setembro de 2013, 25 alunos com bolsas de Mestrado sanduiche por 3 meses, contribuiu de forma significativa para o fortalecimento do PPGMP, refletindo-se no aumento de produtividade dos alunos e envolvidos e na melhor qualidade das dissertações concluídas. De uma maneira mais ampla o Convênio CAFU-UBA apresentou como principais resultados o desenvolvimento de atividades de pesquisa envolvendo docentes do PPGMP e da Facultad de Letras y Filosofia da Universidad de Buenos Aires; o amadurecimento de reflexões acerca das legislações e políticas de memória e patrimônio no âmbito dos países do Cone Sul. No Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural, a linha de pesquisa Políticas Públicas de Memória e Patrimônio

no MERCOSUL foi o resultado mais importante desse Convênio. Além desses, outros resultados podem ser contabilizados como o importante crescimento intelectual e cultural proporcionado aos alunos envolvidos nas missões de estudo, incorporando temas de cooperação envolvendo os países do MERCOSUL, como objetos de análise. Igualmente, as missões de trabalho realizadas pelos colegas argentinos foram oportunidades de ampliar discussões acerca do tema patrimonial, atingindo um público universitário expressivo, bem como a profissionais de diferentes áreas e procedências.

O MERCOSUL vem se mostrando cada vez mais como um espaço de trocas culturais, o que fica bem demonstrado por várias ações de caráter binacional que estão sendo implementadas, buscando construir sinergias entre realidades nacionais que são ao mesmo tempo, próximas e diferentes.

Além das fronteiras: por um patrimônio compartilhado

A opção por uma aproximação mais sistemática com as realidades que constituem o MERCOSUL, tem seu fundamento na busca por construir conexões e interações necessárias para um curso que se localiza a menos de 100 km da fronteira com o Uruguai.

Na atualidade, a problemática do patrimônio apresenta importantes renovações em sua conceituação e tratamento. Nessas renovações foram importantes tanto os aportes internacionais, como os provenientes da América Latina, especialmente do Brasil, Argentina e México. Nosso Programa de Pós-graduação, ao contemplar estudos da região MERCOSUL, fundamenta-se nos seguintes princípios: o patrimônio como dispositivo de controle sobre a herança cultural; o patrimônio como capital cultural e, finalmente, o patrimônio como produção institucional de cultura. Assim, foi proposta uma linha de pesquisa com ênfase no espaço de fronteira e comparativo de realidades nacionais vizinhas, com o objetivo de compartilhar as perspectivas teóricas em curso, as estratégias e ações patrimoniais dos países fronteiriços e a reflexão sobre problemas e realidades que nos aproximam como membros desse Cone Sul.

A discussão contemporânea sobre patrimônio não pode estar dissociada de outras que envolvam noções de usos do passado e regimes memoriais (Hartog e

Revel 2001) e de busca identitária e reinvenção do passado, noções essas que adquirem sentido num contexto de hipertrofia do passado, tal como aponta Joël Candau(2011) ao associar memória, identidade narrativa e patrimonialização como partes indissociáveis do processo designado por ele como de mnemotropismo. Nessa reiteração do passado, entendido como comum a um determinado conjunto social, o movimento de patrimonialização inscreve o objeto patrimonial em uma tradição que autentica e legitima a crença em um compartilhamento. Nessas condições o passado assume um valor de ser “nosso”, entendido como um bem comum em cuja defesa age então o grupo ao qual se vincula.

Essa relação com o tempo patrimonial se expressa a partir de diversas modalidades discursivas como o conjunto de lembranças compartilhadas por uma determinada sociedade, por um sentimento de pertencimento a um todo coerente e pela estabilidade que esse sentimento confere frente às profundas alterações impostas pelo presente. O patrimônio, essa expressão política da memória, constitui-se, portanto, a partir dessa relação com o passado e com sua gestão no presente. Tendo como base o sentimento identitário, é permanentemente ressignificado e reconstruído por meio de dispositivos de diferentes ordens tais como as emoções que a ele se vinculam.

O PPGMP: formação de recursos humanos para o patrimônio e a memória

É nessa perspectiva de reconhecimento das diferentes e contemporâneas formas de relação com o passado, que o PPGMP se organiza como um Programa de ensino e pesquisa, apresentando como Área de concentração os Estudos Interdisciplinares em Memória Social e Patrimônio, caracterizando-se pela abordagem integrada de Memória e Patrimônio, no que se refere aos seguintes aspectos: desenvolvimento de projetos de pesquisa e gestão no campo de Memória e Patrimônio; aplicação da interdisciplinaridade entre as diferentes habilitações envolvidas, representadas nas áreas de formação e atuação do corpo docente; abordar as interfaces entre a cultura material (patrimônio tangível) e cultura imaterial (patrimônio intangível), considerando a indissociabilidade entre o patrimônio cultural e o patrimônio ambiental.

As quatro linhas de pesquisa que organizam o conhecimento dentro do curso, dão conta dessa diversidade de abordagens e objetos de investigação e análise, a saber:

1- Memória e Identidade, com pesquisas embasadas nas diferentes concepções de memória, do individual ao coletivo, abordando as interfaces entre memória e cultura expressa nos diferentes suportes. Fazem parte dessa linha estudos envolvendo a relação entre reivindicações memoriais e busca pelo reconhecimento, processos contemporâneos de conflitos de memória, vitimização e excesso memoriais, dever de memória e papel do Estado, memórias institucionais, memória política, obliterações e esquecimentos, tradição e usos do passado, transmissão de saberes tradicionais, patrimônio imaterial, patrimônio industrial rural e urbano e memórias do trabalho.

2. Instituições de memória e gestão de acervos, trabalhos cujas finalidades estejam relacionadas à discussão sobre o papel das instituições de memória no campo do patrimônio, localização, inventário, estudo, planejamento e execução de projetos de conservação de acervos, em seus diversos suportes, considerados como patrimoniais, bem como estudos sobre a proteção legal e constitucional do patrimônio cultural sob os matizes do material e imaterial. Aspectos relacionados ao estudo e aplicabilidade dos procedimentos de conservação e guarda de acervos em ambientes de museus e instituições culturais também são contemplados nessa linha de pesquisa.

3. Patrimônio e cidade, pesquisas com ênfase na cidade como espaço construtor de memória e identidade, associando questões de urbanização, territórios sociais e produção simbólica do espaço através de processos de patrimonialização e reivindicações identitárias. Compreende-se a cidade compondo uma paisagem cultural para a qual concorrem representações da memória em suas diferentes percepções pelo sujeito evocador. Temas como preservação do patrimônio edificado, aparelhos urbanos e locais patrimonializados, conservação e preservação do patrimônio arquitetônico, planejamento ambiental, atividades econômicas em espaços patrimonializados, comércio e centros históricos, ecologia de paisagem, fazem parte dessa linha.

4. Políticas de memória e patrimônio no MERCOSUL. Nessa linha se destaca o histórico das políticas públicas do patrimônio tanto no Brasil quanto na

região do Mercosul, problematizando contextos e situações que estabeleçam relações com a contemporaneidade. Pesquisas centradas nas novas concepções patrimoniais, seu

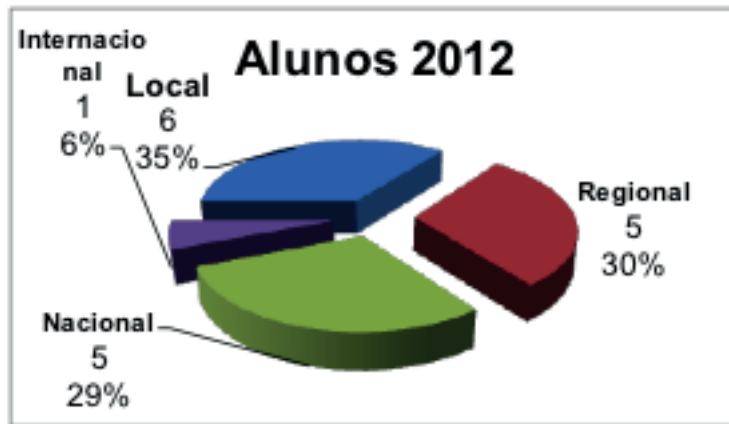
tratamento no âmbito das políticas públicas que vinculam memória e patrimônio no Mercosul assim como questões e reflexões amplas sobre a legislação brasileira e hispano-americana voltada para a preservação de bens culturais. Inclui pesquisas sobre políticas de memória e acervos no Mercosul, gestão e agências da cultura e o patrimônio no Mercosul, colocando ênfase na rede de significados e práticas sociais do patrimônio. O patrimônio como expressão política da memória e como suporte de memória oficial, tem no Cone Sul uma dinâmica própria vinculada aos processos de reivindicação da memória do passado recente, especialmente o relacionado com as Ditaduras, busca pela verdade e Direitos Humanos.

Em termos numéricos, o PPGMP apresenta até o momento:

Ano de ingresso	Nº de alunos ingressados MESTRADO	Nº de dissertações concluídas	Nº de alunos ingressados DOCTORADO
2007	22	20	-
2008	20	16	-
2009	17	17	-
2010	20	16	-
2011	20	01	-
2012	20	13	-
2013	20	01	11
TOTAL	139	84	-

No que se refere à procedência geográfica desses alunos, podemos observar pelos quadros abaixo, que o número de alunos originários de outras regiões do Brasil cresce a medida que o curso se afirma como referência na área. Nos dois três processos seletivos foram aprovados candidatos da Venezuela e Uruguai, ampliando o alcance do Programa para além das fronteiras nacionais.

A tendência a uma maior abertura do curso para egressos de outros estados da federação e países do MERCOSUL fica demonstrada no gráfico abaixo, formulado com dados do ano 2012:



O PPGMP está situado no Comitê de área Interdisciplinar da CAPES e consideramos, como conceito de interdisciplinaridade, a disposição de pesquisadores em ir além dos paradigmas da ciência tradicional e construir novos campos explicativos para questões inquietantes da atualidade, para os quais a formação disciplinar mostrou-se incapaz de abarcar em sua totalidade.

Esse tipo de conhecimento, amplamente aceito no cenário acadêmico internacional, no Brasil recebeu a aprovação pela CAPES, que criou em 2009 a Área Interdisciplinar e dispôs no Documento de Área, que essa criação foi decorrente “da necessidade de se dar conta de novos problemas, de diferentes naturezas e com níveis de complexidade crescentes que emergem no mundo contemporâneo, muitas vezes decorrentes do próprio avanço do conhecimento científico e tecnológico, baseados em uma construção do saber notadamente disciplinar” (CAPES, 2009, p. 05).

Conforme documento apresentado pelo coordenador da Área Interdisciplinar durante o 134º CTC-ES em março de 2012, o avanço da área Interdisciplinar fica evidenciado nos últimos 14 anos. Entre 1989-1999 a existência de chamados “cursos nômades”, impossíveis de serem enquadrados nos

domínios disciplinares, impulsionou a criação em 1999, da área Multidisciplinar que surge já com o expressivo número de 46 cursos de Mestrado e Doutorado. Em janeiro de 2008 através da Portaria nº 9, a Capes alterou a configuração original da Tabela de Áreas do Conhecimento e criou a Grande Área Multidisciplinar e, dentro dela, a Área Interdisciplinar e as subáreas Meio-Ambiente e Agrárias; Engenharia/Tecnologia/Gestão; Saúde e Biológicas; e Sociais e Humanidades e quatro câmaras temáticas: I) Meio Ambiente e Agrárias; II) Sociais e Humanidades; III) Engenharia, Tecnologia e Gestão; e IV) Saúde e Biológicas (CAPES, 2009).

A taxa de crescimento do número de programas interdisciplinares é três vezes maior que a média das demais áreas da CAPES. Num exercício rápido de projeção de números poder-se-ia dizer que, a esses quase 400 cursos de pós-graduação da Interdisciplinar corresponde um corpo docente em média de 12 pessoas, o que aponta para uma cifra em torno de 4000 pesquisadores e formadores de recursos humanos.

O PPGMP em Pelotas: ações e parcerias

Em Pelotas o PPGMP vem atuando de diferentes formas nas instituições de guarda de memória. Através de ações pontuais de colaboração e do envolvimento de docentes e discentes, vem agindo, direta ou indiretamente, em instituições de gestão de memória e órgãos patrimoniais, seja através de projetos envolvendo docentes e alunos, seja através de egressos que, em suas atividades profissionais, atuam com temas e objetos referentes à guarda, gestão, identificação e valorização de processos memoriais e patrimoniais.

No âmbito institucional destacamos a profunda sinergia com as graduações que, na origem, formam parte de uma área de Memória e Patrimônio: Bacharelado em Museologia e Bacharelado em Conservação e Restauro. Em ambas o PPGMP vem atuando de forma bastante intensa através de projetos envolvendo discentes dessas graduações, em eventos que são ofertados à comunidade discente, bem como intervenções de alunos do PPGMP que, através de seus estágios docentes, aportam diferentes conhecimentos e contribuições ao ensino de graduação.

É fundamental apontar que o PPGMP, através de financiamento de projeto Pró-Equipamentos, organizou o Laboratório Digital para reprodução e documentação de fontes e acervos do patrimônio cultural material e imaterial, diretamente relacionado às linhas de pesquisa Gestão de Acervos e Patrimônio e Memória e Identidade Social, nas quais se desenvolvem trabalhos que realizam levantamento de acervos e projetos de documentação e conservação sobre diversos suportes, tanto material como imaterial, bem como promulgam o estudo sobre formas de disponibilização. No laboratório estão em andamento procedimentos de organização de fontes de pesquisa em meio digital e reprodução das mesmas.

Como forma de divulgação e comunicação o curso mantém uma página web que se encontra permanentemente atualizada e cumpre um papel fundamental para a divulgação de trabalhos, eventos, além de ser um veículo de comunicação do curso com a comunidade acadêmica.

Desde dezembro de 2009, o PPG edita a Revista eletrônica Memória em Rede. Esse periódico semestral tem sido um espaço de veiculação de artigos de renomados pesquisadores nacionais e internacionais, além de ser aberto para publicação de Ensaios, abrangendo assim uma população de estudantes e recém-diplomados com trabalhos importantes no campo da memória e patrimônio.

Outro forte elemento de visibilidade do Programa é o Seminário Internacional em Memória e Patrimônio. O SIMP tem sido um importante agente de divulgação do curso tanto pelo alto nível dos palestrantes e programação, quanto pelo conhecimento que as pessoas passam a ter do curso através de publicações que se originam a partir das conferências e debates ocorridos durante o evento.

Além disso, o SIMP, ao trazer profissionais de vários lugares do país e fora dele, abre possibilidades de se estabelecer vias de comunicação e trocas, tal como vem acontecendo, por exemplo, com o Laboratoire d'Anthropologie et histoire de l'institution de la culture, LAHIC e o Laboratoire d'Anthropologie et Sociologie, Mémoire, Identité et Cognition sociale, LASMIC, ambos na França; o Instituto Nacional de Arqueologia y Historia do México, a Universidade Nova de Lisboa, e outras instituições da América Latina e Europa.

Considerações Finais

O tema da memória e patrimônio vem sendo central em questões vinculadas a identidade, valorização da diversidade, economia patrimonial e desenvolvimento durável, reconhecendo os laços sociais como eixos de articulação das políticas públicas.

Ao mesmo tempo, essa proliferação de formas patrimoniais e usos do passado vem engendrando novos aportes jurídicos, como forma de normatização e tutela de uso e resguardo dos bens patrimoniais.

O processo de transmissão patrimonial é um dos grandes temas atuais, pois traz consigo desafios contemporâneos de elaboração de mecanismos de preservação e, ao mesmo tempo, a necessidade de compreensão da dinâmica patrimonial como um processo em constante alteração. Localizado entre o individual (memória) e o coletivo (identidade), o patrimônio nos inscreve em um passado e presente que julgamos compartilhar e que, em última instância, é nosso lugar no universo simbólico da memória.

Nesse sentido, o PPGMP vem contribuindo para atualizar o debate sobre memória e patrimônio, debate esse que constantemente vem sendo oxigenado por novas experiências sociais. A formação de recursos humanos para lidar com essas novas formas e reivindicações memoriais e patrimoniais, é a grande tarefa da pós-graduação, atuando conjuntamente com os diferentes atores sociais da comunidade na qual estamos inseridos.

Referências

CANDAU, Joel. Memória e Identidade. São Paulo: Contexto, 2011

DIAS, Renato Duro. Um olhar jurídico-multidisciplinar sobre a preservação do patrimônio cultural edificado na cidade de Pelotas. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural. UFPEL, 2009.

HARTOG, F ; REVEL, J. 2001. Notes de conjuncture historiographique In: Les usages politiques du passé. Paris: Éditions de L'EHESS, p.13-24.

ZAMBRANO, Laura G., CAETANO, Fabio Daniel M. O Programa Monumenta em Pelotas In: MICHELON, Francisca F. ; MACHADO JUNIOR, Claudio de Sá; GONZALEZ, Ana Maria S. (orgs.). Políticas públicas e patrimônio cultural: ensaios, trajetórias e contextos. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

Maria Leticia Mazzucchi Ferreira

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, UFPEL





REUNIR OS TEMPOS: o conjunto edificado do patrimônio cultural da Universidade Federal de Pelotas

O Núcleo de Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas nasceu com uma missão intensa, já que é amplo e diverso o que se pode designar como patrimônio cultural na atualidade. Incluem-se neste conceito muitas manifestações materiais e imateriais e todas as expressões de um tempo que deixou heranças nas quais se podem reconhecer os percursos que nos dizem respeito, como chegamos onde estamos, como foi o que já não mais é e porque meandros tão sutis podem ter sentidos tão densos. No entanto, para cercar quase quatro décadas e meia de um lugar onde muitos produziram muitas coisas, é aconselhável circunscrever o espaço de onde se observa o que se pretende cuidar para o futuro porque “tudo se desenha, mesmo o infinito” (BACHELARD, 1989, p.217). E nessa tentativa, o espaço físico construído é o alento que parece capaz de guardar o tempo e confortar a dúvida da alma como aquele que “cavalcando longamente por terrenos selváticos, sente o desejo de uma cidade” (CALVINO, 1984, p.13). É na cidade que o patrimônio cultural da UFPel se encontra situado e a ela reflete, nos seus múltiplos tempos e vozes, se puder ser preservado.

A longevidade de uma instituição pode gerar sua herança, mas não é o que se depreende hoje do conjunto acumulado pela UFPel, isto em parte porque esta é uma universidade com uma trajetória ainda curta. No entanto, algumas das faculdades e unidades de ensino que a formaram em 1969 já existiam há muitos anos. Quando foi criada a Universidade Federal de Pelotas, por decreto ministerial, as Faculdades de Agronomia e Veterinária, que constituíam a Universidade Federal Rural e as Faculdades de Direito e Odontologia, que pertenciam a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, reuniram-se sob a mesma identidade administrativa, sem, no entanto, mudarem de endereço. Assim, passaram a compartilhar um nome, mas, estruturalmente, permaneceram onde estavam.

Naquela ocasião, cada um desses lugares já tinha uma trajetória construída, expressada ou guardada em alguma medida nos prédios onde funcionavam. Agregaram-se, ainda, à nova instituição a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões, o Conservatório de Música de Pelotas, a Faculdade de Medicina da Instituição Pró-Ensino Superior do Sul do Estado e o Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça.

Os edifícios de quase todas estas instituições tornaram-se propriedade da Universidade nos anos seguintes a sua fundação. Então, prédios construídos em diferentes épocas e em diferentes locais da cidade passaram a constituir o acervo edificado da UFPel. Seguiu-se um período no qual o maior investimento em construções foi no campus Capão do Leão, onde já se encontrava a sede da Faculdade de Agronomia. Na altura, o lugar era um distrito da cidade de Pelotas. Mais tarde, em 1982, ocorreu a emancipação e o surgimento da cidade homônima. Logo, o campus passou a situar-se em cidade vizinha. O patrimônio mais diverso, no entanto, foi constituído após 2003, quando as então sucessivas gestões da UFPel adquiriram muitas propriedades na cidade.

Portanto, de sua origem, no final da década de 1960, até o presente, esta Universidade foi crescendo e houve, possivelmente, por parte dos seus dirigentes a vontade de que ela se desenvolvesse em um só lugar: o campus Capão do Leão. Contudo, parece que a cidade chamava a universidade e, assim, a determinação de estar naquele local mais distante foi cedendo ao apelo que vinha do urbano e mesmo tendo em parte se mantido nesse campus, algumas faculdades e institutos transferiram-se para a cidade e nela a UFPel cresceu, expansiva e espargida.

É particular o modo como isso ocorreu. Como era esperado, em algumas Faculdades ou Institutos surgiram novos cursos, alguns dentre estes se tornaram, por sua vez, outras faculdades. Essa ampliação foi se dando com a necessidade de ocupação de novos espaços e a Universidade foi, assim, instalando-se no que já existia construído na cidade, acomodando-se e, quando era possível, adaptando o prédio a suas necessidades. Tal maneira, quase orgânica, de insurgir-se no ambiente urbano, acirrou-se a um dado momento. Muitos prédios foram comprados em diferentes setores do município, alguns próximos entre si, outros, bem distantes. O conjunto resultante desse processo inclui prédios construídos no final do século XIX e em diferentes décadas do século XX. Alguns foram residên-

cias, outros foram construídos com o intuito de serem escolas e outros foram prédios industriais, edificados para esse fim. Nem todos estão ocupados, mas deverão vir a ser, pretende-se que em um futuro nem tão distante.

De tal modo, a trajetória do que se está nominando patrimônio cultural edificado desta universidade demanda ser observada para que se possam justificar as escolhas feitas que compõem o conjunto.

O primeiro passo que se tomou, a partir da criação do Núcleo de Patrimônio Cultural no Conselho Universitário da Instituição, no início de setembro de, foi determinar a configuração de todos os prédios que constituíam o patrimônio edificado e vislumbrar neste, o subconjunto do patrimônio cultural. Havia obviedade sobre alguns edifícios: a Escola Eliseu Maciel, a Escola de Belas Artes D. Carmen Trápaga Simões, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Medicina. Como os nomes indicam, estes prédios pertenciam às unidades de ensino superior que foram reunidas para formar a UFPel e um deles (a Faculdade de Direito) foi construído para ser escola. Os demais tinham funções diferentes: eram, originalmente, residências que, quando tornadas escolas, foram modificadas para adaptarem-se a nova função. Sobre outros, a antiguidade rendeu-lhes reconhecimento. Ingressaram obliquamente na Universidade, mas em seguida acharam seu espaço, que já estava garantido na cidade. Foi o caso dos prédios do Banco do Comércio, onde hoje funciona o Centro de Integração do Mercosul, do Grande Hotel e do Casarão Barão de Cacequi (Museu do Doce). Há ainda que se destacar o prédio da Faculdade de Odontologia, que já completou 60 anos e que, tal como o prédio da Faculdade de Agronomia, já tem assegurada sua importância. Os prédios industriais, no entanto, despontaram como a grande novidade: Anglo, Laneira, Cosulã e Cervejaria Haertel. Constituem um caso desafiador tanto no que significam para a cidade, como no aproveitamento que deverão ter.

Em todos esses prédios, há muita informação: dizem, pela sua existência, como foram construídos, como foram adaptados, como as pessoas ensinavam e aprendiam seus ofícios, como era o trabalho. São testemunhos que, para continuarem existindo, necessitam abrigar outras funções. Recuperá-los é uma grande missão, coloca-los em uso é outra.

O que se apresenta neste momento é a identificação do patrimônio cultural edificado e o resumo dos estudos prévios que levou à listagem dos prédios cons-

tantes. Não se considera um levantamento conclusivo. É possível que outros prédios sejam agregados à listagem no futuro. No entanto, será a partir desta listagem que se fará a proposição de uma política institucional de proteção aos prédios históricos.

A trajetória de constituição do patrimônio cultural edificado da UFPel

O que se expõe nas tabelas 1 e 2 é o resultado do trabalho de organização de dados disponíveis em fontes recentes da própria Instituição. Houve diferentes formas de ingresso destes imóveis na Universidade e faz-se necessário considerar que o processo de aquisição, em alguns casos, é demorado. Portanto, houve situações em que a instituição já fazia parte da UFPel, mas o prédio passou a ser patrimônio da instituição em outra data, bem posterior.

Tal fluência dos fatos faz com que esse levantamento tenha validade no presente. Em futuro breve, deverá ser atualizado e, assim, continuamente até que se possa considerar concluída a pesquisa que se pretende desenvolver sobre cada um destes prédios.

A primeira pergunta que se buscou responder foi sobre o patrimônio que migrou das unidades fundadoras para a Universidade Federal de Pelotas. Sabe-se, pelo Quadro 1, que esse processo levou alguns anos. Concluiu-se, também, pela fonte empregada, que ainda hoje há uma parte do patrimônio que, se por direito é da UFPel, demorou a ingressar formalmente na Instituição. Os prédios que foram transferidos da UFRGS registram um percurso que ultrapassa a história das faculdades em Pelotas. Ressalta-se que esta Universidade foi federalizada em 1950. A Faculdade de Direito e de Odontologia já pertenciam à UFRGS desde 1947. Quando a Universidade de Porto Alegre passou a chamar-se Universidade do Rio Grande do Sul, incorporou as duas unidades de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria. Portanto, essas já estavam federalizadas antes do surgimento da Universidade Federal de Pelotas.

Figura 1 - Quadro demonstrativo do ingresso dos imóveis na UFPel

	IMÓVEL NOME HISTÓRICO E USUAL	FORMA AQUISIÇÃO	ANO DE AQUISIÇÃO	FUNÇÃO ORIGINAL DO PRÉDIO
1.	Faculdade de Direito	Compra	1969	Construído para a Faculdade de Direito
2.	Faculdade de Medicina	Doado pelo IPES	1969	Residência adaptada para o Instituto de Higiene e depois para Faculdade de Medicina.
3.	Faculdade de Agronomia	UFRGS	1970	Construído para a Faculdade de Agronomia
4.	Escola Eliseu Maciel <i>Conselhos Superiores</i>	Doado pelo município	1970	Escola
5.	Escola de Belas Artes D. Carmen Trápaga Simões	Doado para a UFPel, após a absorção da EBA pelo ILA	1973	Construído para residência na parte superior e comércio na inferior. Adaptado para escola após doação.
6.	Casa anexa à Faculdade de Direito	Compra	1986	Residência
7.	Faculdade de Odontologia	Doado pela UFRGS	1992	Construído para a Faculdade de Odontologia.
8.	Casa anexa à Faculdade de Odontologia	Doado pela UFRGS	1992	Residência
9.	Banco Nacional do Comércio <i>Centro de Integração do Mercosul</i>	Compra	1995	Construído para sediar banco
10.	Coosul <i>Campus Ciências Sociais</i>	Compra	1996	Construído para ser indústria
11.	Frigorífico Anglo <i>Campus Porto</i>	Doação de 64% pela Fundação Simon Bolívar	2006	Construído para ser Indústria
12.	Casarão Barão de Cacequi <i>Museu do Doce</i>	Interveniente Fundação Simon Bolívar	2006	Residência
13.	Cotada <i>Centro das Engenharias</i>	Compra	2009	Construído para ser indústria
14.	Lajeira Brasileira	Compra	2010	Construído para ser Indústria
15.	Alfândega	Compra	2010/2011	Construído para serviço público
16.	Grande Hotel	Doação pelo Município	2011	Hotel
17.	Cervejaria Haertel <i>Brahma</i>	Doação pelo Município	2012	Construído para ser Indústria – várias adaptações

Quadro elaborado a partir da Tabela de Controle das Situações dos Imóveis da UFPel. Auditoria Interna.

Neste quadro, apresenta-se uma listagem inicial na qual se observa que, dos 17 itens, oito foram adquiridos quando a UFPel surgiu. São prédios importantes para a história da Universidade, pois evidenciam as circunstâncias da sua origem, além de informarem na sua trajetória particular a história das instituições as quais pertenceram originalmente. Um exemplo disto é o prédio da Escola de Belas Artes que foi uma casa particular mista, residência no andar superior e ca-

sa comercial no andar inferior. Após ter sido doada pela proprietária, D. Carmen Trápaga Simões, para a Escola de Belas Artes, em 1963, sofreu adaptações com o fim de atender às necessidades da sua nova ocupação. Assim, neste edifício soma-se o tempo em que foi residência com aquele em que foi escola para, depois da sua agregação à Universidade Federal de Pelotas, sobrepor-se outra camada de tempo na qual surgiram novos atores. No entanto, os prédios que ingressam após a década de 1980 e, sobretudo, os que foram adquiridos em meados dos anos 2000, são muito diversos desta origem e, também, diversos entre si, em tamanho, funções originais e localização. Mesmo os prédios industriais diferem notoriamente uns dos outros, seja pelo fato de que eram indústrias distintas ou porque foram construídos em momentos diferentes. O resultado desta reunião é um panorama peculiar, no qual as categorias apresentadas visam, modestamente, constituir uma lógica de conjunto que não pretende de nenhuma forma camuflar a trajetória que levou a tal diversidade.

Ressalta-se que, de 2003 a 2012, a UFPel adquiriu 34 imóveis¹, dentre os quais dois são terrenos, quatro são salas comerciais em um prédio na cidade de Santana do Livramento e um edifício na cidade de Piratini. As formas de aquisição foram: compra (26 imóveis), doação (seis imóveis) e cessão de uso (dois imóveis). Deste conjunto, sete imóveis foram considerados patrimônio cultural edificado da Universidade, já que estão incluídos na relação dos imóveis do inventário do patrimônio cultural do Município de Pelotas e outro se encontra em processo para ingresso na referida relação.

Figura 2 - Quadro do nível e agente de proteção dos imóveis na UFPel

	IMÓVEL	NÍVEL DE PROTEÇÃO	ESTADO DE CONSERVAÇÃO	USO ATUAL
1.	Faculdade de Direito	Inventário Municipal nível 1	Necessita ações de conservação	Faculdade de Direito
2.	Instituto de Higiene Borges de Medeiros	Inventário Municipal nível 2	Necessita ações de conservação	Faculdade de Medicina
3.	Faculdade de Agronomia	Sem proteção	Necessita ações de conservação	Faculdade de Agronomia
4.	Escola Eliseu Maciel	Tombamento Estadual	Restaurado	Conselhos superiores da UFPel
5.	Escola de Belas Artes D. Carmen Trápaga Simões	Tombamento Municipal	Necessita restauro	Sem uso
6.	Casa anexa à Faculdade de Direito	Inventário Municipal nível 2	Restaurado	Faculdade de Direito
7.	Faculdade de Odontologia	Sem proteção	Bom	Faculdade de Odontologia
8.	Casa anexa à Faculdade de Odontologia	Inventário Municipal nível 2	Necessita restauro	Sem uso
9.	Banco Nacional do Comércio	Inventário Municipal nível 2	Necessita ações de conservação	Centro de Integração do Mercosul
10.	Frigorífico Anglo	Inventário Municipal nível 2	Parcialmente reformado	Reitoria e algumas faculdades e cursos
11.	Casarão Barão de Cacequi	Tombamento Federal	Restaurado	Museu do Doce
12.	Cotada	Inventário Municipal nível 2	Em reforma	Centro de Engenharias
13.	Laneira Brasileira	Em processo de inventário	Necessita restauro	Sem uso
14.	Cervejaria Haertel	Inventário Municipal nível 2	Necessita restauro	Sem uso
15.	Alfândega	Inventário Municipal nível 2	Em reforma	Cursos de Engenharia
16.	Galpões da Cosulã	Inventário Municipal nível 2	Necessita restauro	Sem uso
17.	Grande Hotel	Tombamento Municipal	Em restauro	Curso de Hotelaria
18.	Casa Senador Joaquim Assumpção*	Tombamento Estadual	Restaurado	Departamento de Intercâmbios
19.	Conservatório de Música*	Inventário Municipal nível 2	Necessita ações de conservação	Conservatório de Música

Quadro elaborado a partir da Relação dos imóveis do inventário do patrimônio cultural do Município de Pelotas.

*Prédio não pertence à UFPel.

Portanto, o critério empregado para constituir o que ora se apresenta como patrimônio cultural edificado da UFPel foi o reconhecimento atribuído a cada imóvel anteriormente, por meio dos instrumentos que as políticas do patrimônio cultural instituíram. No entanto, nos processos de aquisição em curso ou com vistas a ocorrerem, ainda se vislumbram outras possibilidades, que são os edifícios assinalados na Figura 2. Estes são exemplares notoriamente reconhecidos pelo seu valor patrimonial. Não estão em posse da Universidade, mas se encontram em uso desta. Para todos, há a possibilidade de que venha a ser doado para a Instituição.

Com base neste levantamento, pode-se desenhar o contorno do conjunto que

¹ AUDITORIA INTERNA UFPel. Tabela de Controle das Situações dos Imóveis da UFPel.

constitui o patrimônio cultural edificado da UFPel. Optou-se por considerar o total de 19 edifícios, já que aqueles em concessão de uso também apresentam importância para a cidade e já, pelo próprio uso dado, motivam o esforço da Universidade em cuidá-los e divulga-los.

Sendo um levantamento, o que consta na relação que se apresenta são um conjunto de dados gerais sobre cada prédio, seu ingresso na Universidade e dados históricos que apontam parte dos critérios que justificam seu valor cultural. As fotografias do presente apresentam a situação atual do imóvel e informam sobre o seu estado de conservação.

Os prédios fora de uso deverão receber funções adequadas as suas possibilidades, cumprindo no futuro completar a Universidade com espaços necessários ao ambiente acadêmico, hoje inexistentes ou insuficientes.

Principalmente, o objetivo deste estudo é informar o início de um trabalho que não pode se furtar de um devir duradouro: o percurso a trilhar é longo, como é de hábito ser o trabalho com o patrimônio. Dessa maneira, o presente levantamento tanto organiza o início da proposta, como a informa já em desenvolvimento e registra os primeiros passos dados.

Com este estudo publicado dá-se início a uma série de procedimentos que pretende constituir fontes de informação, conjuntos de documentos e reflexão sobre o patrimônio cultural da UFPel. No que diz respeito às fontes de informação, desde logo se sabe que essas são os pilares estruturantes de qualquer estudo com caráter ou viés investigativo. No que se reporta ao registro, é consensual que o documento visual ancora elementos essenciais ao conhecimento do bem. No que se alude ao conhecimento passível de ser formado, conclui-se que virá a ser a recompensa final pelo percurso, mais ou menos longo, que se deve fazer.

Na continuidade, o Núcleo de Patrimônio Cultural deverá buscar levantar os acervos memoriais, materiais e imateriais, da trajetória da Universidade, confluindo trabalhos anteriores realizados para fins diversos em um registro de acesso público. No final, inelutavelmente, o que se busca é resguardar os preciosos e frágeis suportes de memória, cercando-os de vontade de passado e protegendo-os do esquecimento.

Referências

UFPEL. AUDITORIA INTERNA Tabela de Controle das Situações dos Imóveis da UFPEL. Disponível em:

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE PELOTAS. COORDENADORIA DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Relação dos imóveis do inventário do patrimônio cultural do Município de Pelotas. Disponível em:

UFRGS. Histórico. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/a-ufrgs/historico>. Acesso em: 10 de setembro de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS. Lei nº 5.855, 08 de dezembro de 2011.

Consultas em bases de dados

NÚCLEO DE ESTUDOS DE ARQUITETURA BRASILEIRA. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/UFPel. Consulta in loco no dia 23 de setembro de 2013.

PRÓ-REITORIA ADMINISTRATIVA DA UFPEL. Coordenadoria de Patrimônio. Consulta in loco no dia 26 de setembro de 2013.

PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO UFPEL. Núcleo de Gestão de Espaço Físico. Relação de prédios da UFPel. 2013. (Documento original)

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA DE PELOTAS. Coordenadoria de Patrimônio Cultural. Consulta in loco no dia 26 de agosto e 03 de setembro de 2013.

Francisca Ferreira Michelon

Coordenadora do Núcleo de Patrimônio Cultural da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento /
UFPel





OS PRÉDIOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DA UFPel

Este primeiro estudo verifica e inclui todos os prédios em uso pela Universidade Federal de Pelotas que apresentam valor memorial para a Instituição porque pertencem a sua origem ou porque foram adquiridos durante o processo de expansão das Universidades, promovido pelo REUNI. Incluem-se, também, dois prédios que não fazem parte do patrimônio da Instituição: um de propriedade do Município de Pelotas e outro, da Fundação Símon Bolívar. Ambos estão sendo ocupados pela UFPel com permissão de uso. Todos os prédios estão designados pelo seu nome histórico, que se entende ser a denominação que havia durante o seu primeiro uso ou como se tornou conhecido no momento anterior ao ingresso na Universidade ou, ainda, por ter seu nome associado à personalidade que o edificou ou que o notabilizou. Assim, o critério adotado para eleger o nome de cada edifício é essencialmente memorial e foi designado caso a caso, não correspondendo, necessariamente, à denominação mais usual no presente. Determinados prédios são tombados e, neste caso, optou-se pela denominação que consta no processo de tombamento. A denominação dos prédios históricos adotada pelo Núcleo de Patrimônio Cultural objetiva destacar o conjunto dos demais prédios que compõem o patrimônio edificado da Universidade e que, em geral, estão identificados pela sua função atual.

Não fazem parte do estudo e não foram citados os prédios que a Universidade aluga. Tal fato justifica-se tendo em conta de que se trata esta, de uma situação temporária que não objetiva a incorporação do bem à Instituição. Sendo assim, mesmo prédios de reconhecido valor histórico foram excluídos da listagem. Observa-se que a função atual pode ser temporária e que este inventário não dá conta de todo o patrimônio da UFPel, apenas daqueles prédios que contribuem para a memória da instituição ou que pelo seu inerente valor histórico e cultural

devem ser protegidos e cuidados de maneira diversa dos demais.

A apresentação deste conjunto segue uma ordem. Primeiro constam os prédios que fizeram parte da fundação da Universidade. São os prédios que pertenciam à Universidade Federal Rural, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul à Escola de Belas Artes D. Carmen Trápaga Simões, ao Município de Pelotas e à Instituição Pró-Ensino Superior do Sul do Estado. Em seguida apresentam-se os prédios industriais e por último os demais que foram adquiridos entre os anos de 1990 até os últimos anos. Alguns prédios demandam que se faça pesquisa histórica para que saiam do desconhecimento que lhes furta importância. Outros precisam que importantes aspectos de sua trajetória sejam esclarecidos. As informações obtidas neste início de trabalho e aqui registradas informam a situação de cada um.

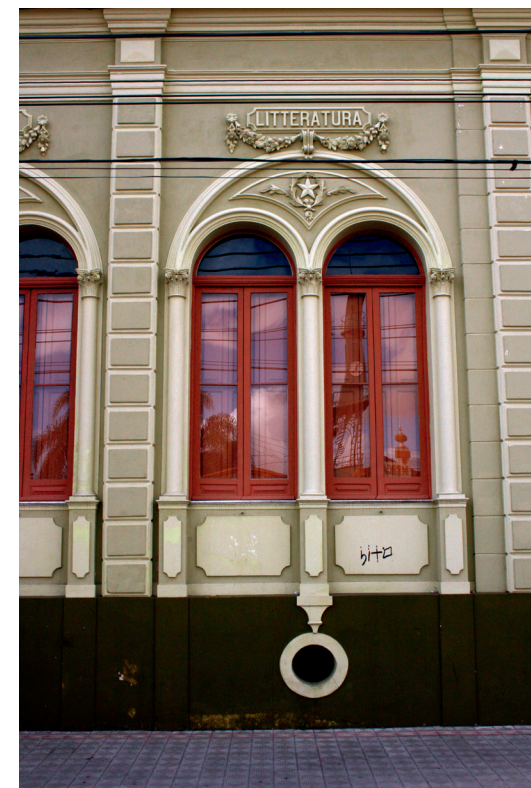
Por fim, entende-se que uma política de proteção a este patrimônio inicia, exatamente, com o reconhecimento do mesmo e que este se expressa em estudo contínuo, determinado a alargar as considerações que se possa ter sobre a trajetória de cada edifício. A identificação que resulta deste primeiro passo dá início ao esforço que pretende consolidar a Universidade Federal de Pelotas como uma instituição voltada para a proteção do patrimônio cultural.



Escola Eliseu Maciel

Dados de identificação

- Denominação histórica: Escola Eliseu Maciel
- Denominação atual: Sala dos Conselhos Superiores da UFPel
- Ano de Construção: 1881 (projeto), 1883 (inauguração)
- Ano de aquisição pela UFPel: 1970
- Uso atual: Sala dos Conselhos Superiores da UFPel
- Uso anterior: Escola de Medicina Veterinária e Agronomia Prática (uso inicial)
- Estado de Conservação: Restaurado. Aguarda revisão do restauro



Nível de Proteção: Tombamento Estadual

Localização: Praça Sete de Julho, 180

Dados gerais:

O projeto arquitetônico deste prédio é do desenhista Dominique Pineau e foi feito por demanda da família Antunes Maciel para abrigar uma escola municipal em homenagem póstuma ao tenente Coronel Eliseu Antunes Maciel. A escola não chegou a funcionar devido à falta de professores. Em 1883, o prédio foi cedido pela Câmara para a fundação da Escola de Medicina Veterinária e Agricultura Prática e em 1884 foi anexado ao prédio o Instituto Vacinológico. Em 1885, alegando a necessidade de redução de despesas, o Ministro da Agricultura decretou o seu fechamento e mandou leiloar todo o material. No leilão todo material foi adquirido por particulares, que doaram novamente à escola. Mesmo assim a escola ficou fechada por três anos. Em 1898, após a extinção do Instituto, o poder municipal readquiriu o edifício para criar o Liceu Rio-grandense de Agronomia e Veterinária.

A Escola de Agronomia Eliseu Maciel, criada em 1934 é considerada a primeira no Brasil e deu origem à Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, que em 1969 se integrou a então criada Universidade Federal de Pelotas.







Instituto de Higiene Borges de Medeiros

Dados de identificação

- Denominação histórica: Instituto de Higiene Borges de Medeiros
- Denominação atual: Faculdade de Medicina
- Ano de Construção: 1908-1913
- Ano de aquisição pela UFPel: 1969
- Uso atual: Faculdade de Medicina
- Uso anterior: Inicialmente Residência de Carlos Ritter. Em 1928, passou a funcionar no prédio o Instituto de Higiene
- Estado de Conservação: Aguarda revisão do restauro
- Nível de Proteção: Inventariado pelo Município, nível 2
- Localização: Av. Duque de Caxias, 250





Dados Gerais:

Carlos Ritter, proprietário da Cervejaria Ritter, mandou construir sua residência em meio a um grande jardim, dando-lhe o nome de Villa Augusta em homenagem a sua esposa. A construção abrigava um jardim de inverno, uma sala de música, a biblioteca e um ateliê de taxidermia. Com a morte do proprietário, em 1928, a residência foi vendida ao município e passou a abrigar o Instituto de Higiene Borges de Medeiros. Em 1958 a propriedade foi doada à futura Faculdade de Medicina de Pelotas, fundada em 1959, e instalada definitivamente em 1963.







Escola de Belas Artes D. Carmen Trápaga Simões

Dados de identificação

- Denominação histórica: Escola de Belas Artes de Pelotas
- Denominação atual: Escola de Belas Artes
- Ano de Construção: 1881
- Ano de aquisição pela UFPel: 1973
- Uso atual: Interditado por danos na estrutura
- Uso anterior: Instituto de Letras e Artes; Instituto de Artes e Design; Museologia, Conservação e Restauro
- Estado de Conservação: Necessita de restauro
- Nível de Proteção: Tombamento Municipal
- Localização: Marechal Floriano, 177 e 179.



Dados Gerais:

O prédio, construído com destinação residencial em 1881, pertenceu à família Trápaga até 1963, quando foi doado por D. Carmen Trápaga Simões à Escola de Belas Artes de Pelotas. Efetivada a doação, o prédio recebeu uma série de adaptações internas para o desenvolvimento das atividades de ensino. Em 1965, a escola recebeu a primeira turma no prédio remodelado. Em 1969 a Escola foi agregada à Universidade Federal de Pelotas. Nos anos seguintes foi construído um edifício de três andares no pátio da casa, ocupando toda a área livre. Em 1973, a escola e o prédio passaram a integrar, definitivamente, a Universidade Federal de Pelotas.







CIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE DIREITO

Faculdade de Direito

Dados de identificação

- Denominação histórica e atual: Faculdade de Direito
- Ano de Construção: 1929
- Ano de aquisição pela UFPel: 1969
- Uso anterior e atual: Faculdade de Direito
- Estado de Conservação: Aguarda revisão
- Nível de Proteção: Inventariado pelo Município, nível 1
- Localização: Praça Conselheiro Maciel, 215.



Dados Gerais:

Prédio construído em terreno doado pelo intendente Municipal Augusto Simões Lopes com subsídio do Conselho Municipal e fundos adquiridos em subscrição pública, além das reservas que a congregação já havia conseguido reunir. O terreno foi doado em 1928 com fim exclusivo de nele ser instalada a Faculdade de Direito, criada em 1912. Em 1947 passou a integrar a Universidade do Rio Grande do sul e em 1969 desvinculou-se desta para formar a Universidade Federal de Pelotas.







Faculdade de Agronomia

Dados de identificação

- Denominação histórica e atual: Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
- Ano de Construção: 1958
- Ano de aquisição pela UFPel: 1969
- Uso anterior e atual: Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel
- Estado de Conservação: Aguarda revisão
- Nível de Proteção: Prédio não inventariado
- Localização: Campus Capão do Leão





Dados Gerais:

Com uma área total de 15.360 m², em dois pavimentos, constitui-se em um monobloco cuja construção iniciou em 1958, sendo concluída em março do ano seguinte, quando o prédio foi inaugurado. Em 1960, é criada, por decreto, a Universidade Rural do Sul, composta pela Escola de Agronomia Eliseu Maciel e outras unidades. Em 1967 esta universidade é transferida para o Ministério da Educação e Cultura e federalizada. A Escola passa a se chamar Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, como o é até hoje. Em 1969, a FAEM é incorporada à Universidade Federal de Pelotas como uma de suas unidades fundadoras.





Faculdade de Odontologia

Dados de identificação

- Denominação histórica e atual: Faculdade de Odontologia
- Ano de Construção: 1949 (construção), 1950 (conclusão das obras)
- Ano de aquisição pela UFPel: 1969
- Uso anterior e atual: Faculdade de Odontologia
- Estado de Conservação: Passou por reparos nos últimos anos
- Nível de Proteção: Não há
- Localização: Gonçalves Chaves, 457.





Dados Gerais:

A construção deste edifício de sete andares destinado a sediar a Faculdade de Odontologia já incorporada à Universidade do Rio Grande do Sul iniciou em 1949 e concluiu-se em 1950. O símbolo da URGs em sua fachada antecede a federalização desta Universidade no ano de conclusão da obra. Em 1969, a FAEM é incorporada à Universidade Federal de Pelotas como uma de suas unidades fundadoras. Em 1997, 2001 e 2012, passou por reformas e manutenções em suas instalações.







Conservatório de Música

Dados de identificação

- Denominação histórica e atual: Conservatório de Música de Pelotas
- Ano de Construção: Entre 1880 e 1881
- Ano de aquisição pela UFPel: Pertence ao Município de Pelotas. Não foi adquirido pela UFPel
- Uso atual: Conservatório de música da UFPel (parte superior)
- Uso anterior: Residência
- Estado de Conservação: Restaurado (década de 1990). Aguarda intervenções de restauro.
- Nível de Proteção: Inventariado pelo Município, nível 2
- Localização: Rua Félix da Cunha, 651



Dados Gerais:

O prédio foi construído para ser residência. Em 1918 foi adquirido pelo Município para ser reformado com vistas ao ensino da música. Em 1969, quando a UFPel surgiu, a entidade de ensino agregou-se à Universidade e a Prefeitura concedeu o uso do prédio, situação que ainda se mantém. Desde 2004 laudos periódicos indicavam necessidade de intervenção em algumas estruturas do prédio. Em agosto de 2012 a sala utilizada como auditório sofreu um afundamento em sua parte central, sendo interditada.





Cosulă

Dados de identificação

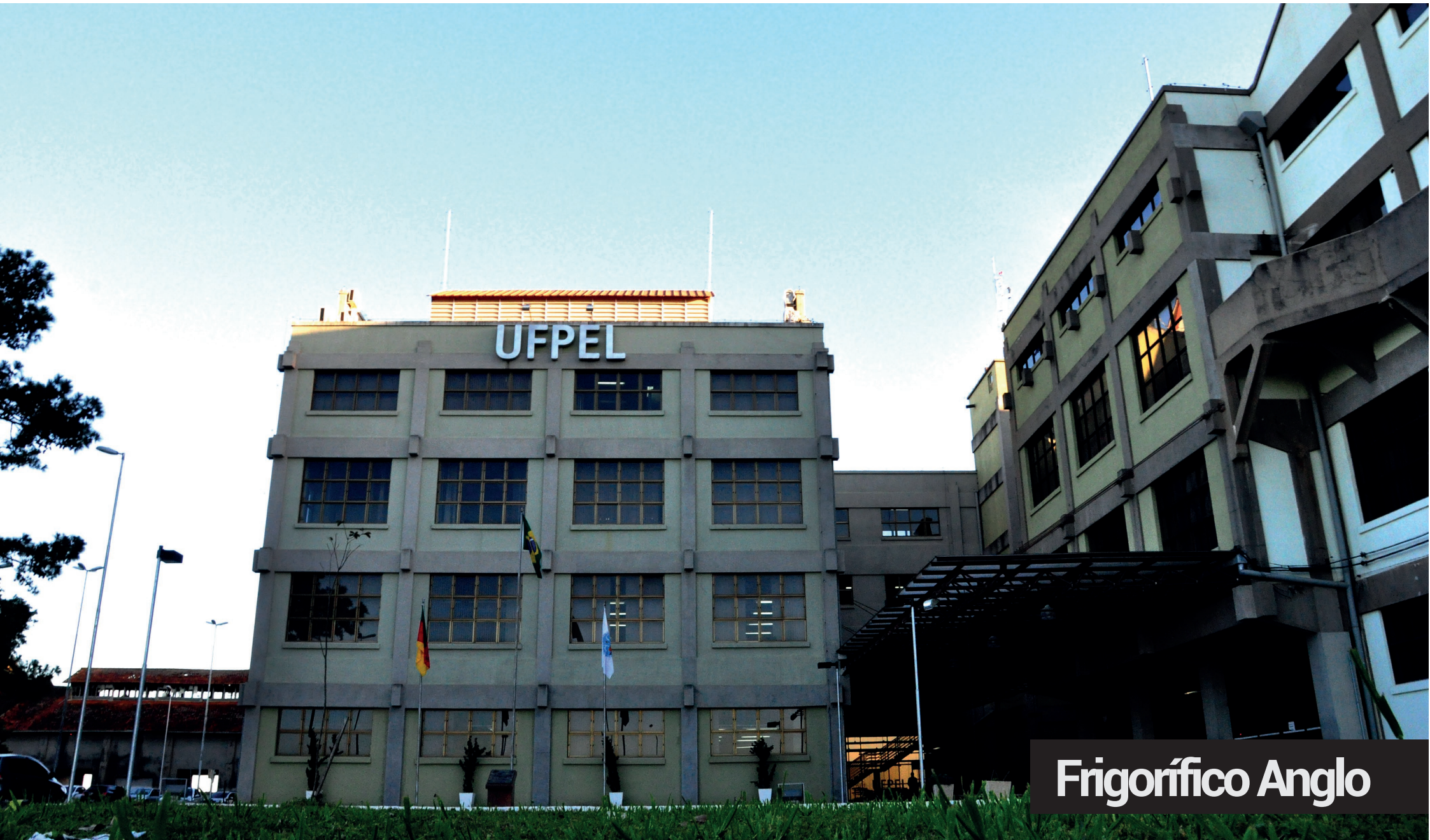
- Denominação histórica: Cosulã – Cooperativa Sul-rio-grandense de Lã
- Denominação atual: Campus das Ciências Sociais
- Ano de Construção: Entre os últimos anos da década de 1940 e início da de 1950.
- Ano de aquisição pela UFPel: 1996
- Uso atual: Campus das Ciências Sociais (ICH)
- Uso anterior: Indústria e comércio de lãs
- Estado de Conservação: parte do conjunto reciclada para uso de faculdades, parte não restaurada.
- Nível de Proteção: Inventariado pelo Município, nível 2
- Localização: Vários prédios na rua Coronel Alberto Rosa em torno do número 154



Dados Gerais:

Projeto do edifício aprovado em 1947 para localização da matriz da indústria. Operou até os primeiros anos da década de 1990 quando começou a ser desativado. A área industrial foi a que primeiro encerrou as atividades e por último os setores que comercializavam as lãs processadas. A trajetória desta indústria demanda pesquisa para tornar-se conhecida.





Frigorífico Anglo

Dados de identificação

- Denominação histórica: Sociedade Anônima Frigorífico Anglo de Pelotas
- Denominação atual: Campus Porto - Anglo
- Ano de Construção: 1942
- Ano de aquisição pela UFPel: Entre o final de 2005 e início de 2006
- Uso atual: Reitoria e unidades acadêmicas da UFPel
- Uso anterior: Frigorífico Anglo
- Estado de Conservação: parcialmente reformado, vários prédios demolidos
- Nível de Proteção: Inventariado pelo Município, nível 2
- Localização: Rua Gomes Carneiro, 1



Dados Gerais:

Foi inaugurado em 1943 e manteve-se ativo até o seu fechamento entre 1991 e 1993, quando a planta industrial foi vendida. A planta continha vários edifícios nos quais se situaram as funções de matança, câmaras frias, estamparias, seções de conservas, re-tortas, seção de resfriamento, sopa para extrato, incubação, caixotaria, extrato de carne; depósito, sala das máquinas, fabricação de gás, oficina mecânica e o almoxarifado. A estrutura dos edifícios, a caldeira e a chaminé que se tornou emblema das fábricas, foram construídas sobre estacas de eucalipto. Para construir a chaminé foram enterradas para sua sustentação, em torno de 100 estacas. Com a aquisição pela UFPel entre os anos de 2005 e 2006, o prédio dos abates foi ocupado e recebeu reformas. Após apropriação da universidade, o nome ANGLO pintado em letras vermelhas no frontão do prédio da produção de enlatados foi substituído pela sigla da universidade, também inexistente hoje devido à demolição parcial deste prédio.







Laneira Brasileira Sociedade Anônima

Dados de identificação

- Denominação histórica e atual: Laneira Brasileira S/A
- Ano de Construção: 1949
- Ano de aquisição pela UFPel: 2010
- Uso atual: Sem uso
- Uso anterior: Fábrica de lãs
- Estado de Conservação: Sem restauro
- Nível de Proteção: Em processo de inventário no Município
- Localização: Avenida Duque de Caxias, 104



Dados Gerais:

O prédio, com projeto do Engenheiro Paulo Ricardo Levacov, foi construído em 1949 e entre a sua construção até o ano de 1972 foram comprados terrenos e imóveis adjacentes para aumentar o espaço da indústria. Em abril de 2003, quando encerraram as atividades da fábrica, a área industrial ocupava perto de 14.000 m². Em 2010 a UFPel adquiriu o local.





Cervejaria Haertel

Dados de identificação

- Denominação histórica: Cervejaria Haertel
- Denominação atual: Antiga Cervejaria Brahma
- Ano de Construção: 1889
- Ano de aquisição pela UFPel: 2012
- Uso atual: Sem uso
- Uso anterior: Cervejaria Haertel, Cervejaria Rio-grandense, Cervejaria Brahma
- Estado de Conservação: Um dos prédios do complexo está sendo restaurado e alojará a Livraria da UFPel. O restante encontra-se sem uso
- Nível de Proteção: Inventariado pelo Município, nível 2
- Localização: Rua Benjamim Constant, 1071





Dados Gerais:

A Cervejaria Haertel entrou em funcionamento em 1889 e pertencia ao Capitão Leopoldo Haertel. Produzia além de cerveja, gelo e água gasosa. O conjunto incorpora dois exemplares de arquitetura residencial que, segundo fonte impressa, serviu de residência à família do Capitão Haertel. Inicialmente era apenas um prédio localizado à Rua Conde de Porto Alegre. Entre 1914 e 1915 foram construídos outros pavimentos aumentando a ocupação e estendendo a fábrica para as demais ruas do quarteirão. Em 1931 todo o conjunto foi reformado e acrescido de um depósito. Foi no ano de 1944 que a Cervejaria Brahma comprou o complexo. Hoje parte do conjunto de prédios construídos em diferentes épocas encontra-se em ruínas. A doação do prédio à UFPel pela Prefeitura de Pelotas, que o adquiriu anteriormente, formalizou-se em 2012.







COTADA

COTADA

8 azevedo, schönhofen construtora Ltda
ENCL. RESPONSABILIDADE
JAIME AZEVEDO CARVALHO CREA 61915/7
MAURO ROBERTO SCHÖNHOFEN CREA 61915/7
RUA SANTO DOMINGOS, 251 - FONE: 321-3025 - 75000 - PELOTOBA - RS

3227-1718

Cotada

Dados de identificação

- Denominação histórica: Fábrica Cotada
- Denominação atual: Centro de Engenharias
- Ano de Construção: 1959
- Ano de aquisição pela UFPel: 2009
- Uso atual: Centro de Engenharias
- Uso anterior: Fábrica de massas e biscoitos
- Estado de Conservação: Reformado
- Nível de Proteção: Inventariado pelo Município, nível 2
- Localização: Rua Benjamin Constant, 987



Dados Gerais:

Prédio construído pela firma Cisa SA com o nome oficial de Atingo Produtos Alimentícios Ltda. A fábrica declarou falência na década de 1990. No ano de 2009 foi anunciada a compra da estrutura pela UFPel. A trajetória desta indústria demanda pesquisa para tornar-se conhecida.







Alfândega

Dados de identificação

- Denominação histórica e atual: Alfândega
- Ano de Construção: 1935 (começo da obra) 1938 (inauguração)
- Ano de aquisição pela UFPel: 2010 / 2011
- Uso atual: Engenharia Geológica, de Petróleo e Hídrica.
- Uso anterior: Alfândega, Receita Federal e Justiça Federal
- Estado de Conservação: Em reforma
- Nível de Proteção: Inventariado pelo Município, nível 2
- Localização: Praça Domingos Rodrigues, 24



Dados Gerais:

Construído em terreno doado pela Prefeitura Municipal em 1935, com projeto do governo federal. A trajetória deste prédio demanda pesquisa para tornar-se conhecida.







Banco Nacional do Comércio

Dados de identificação

- Denominação histórica: Banco Nacional do Comércio
- Denominação e uso atual: Centro de Integração do Mercosul
- Ano de Construção: 1917 - 1919
- Ano de aquisição pela UFPel: 1995.
- Uso anterior: Banco Nacional do Comércio (até 1973), Banco Sul-Brasileiro (até 1985), Banco Meridional (até 1989)
- Estado de Conservação: Restaurado (década de 90). Aguarda revisão do restauro
- Nível de Proteção: Inventariado pelo Município, nível 2
- Localização: Lobo da Costa, 1218





Dados Gerais:

O prédio foi construído para sediar o Banco Nacional do Comercio, até 1973, quando mudou para Banco Sul-Brasileiro e assim permaneceu até 1985. Neste ano, passou a ser ocupado pelo Banco Meridional e assim permaneceu até 1989. Durante a Década de 1980 também serviu de gabinete do Vice-Prefeito de Pelotas. Passou por um restauro para sediar o Centro de Integração do Mercosul da UFPel, fundado em 1995.



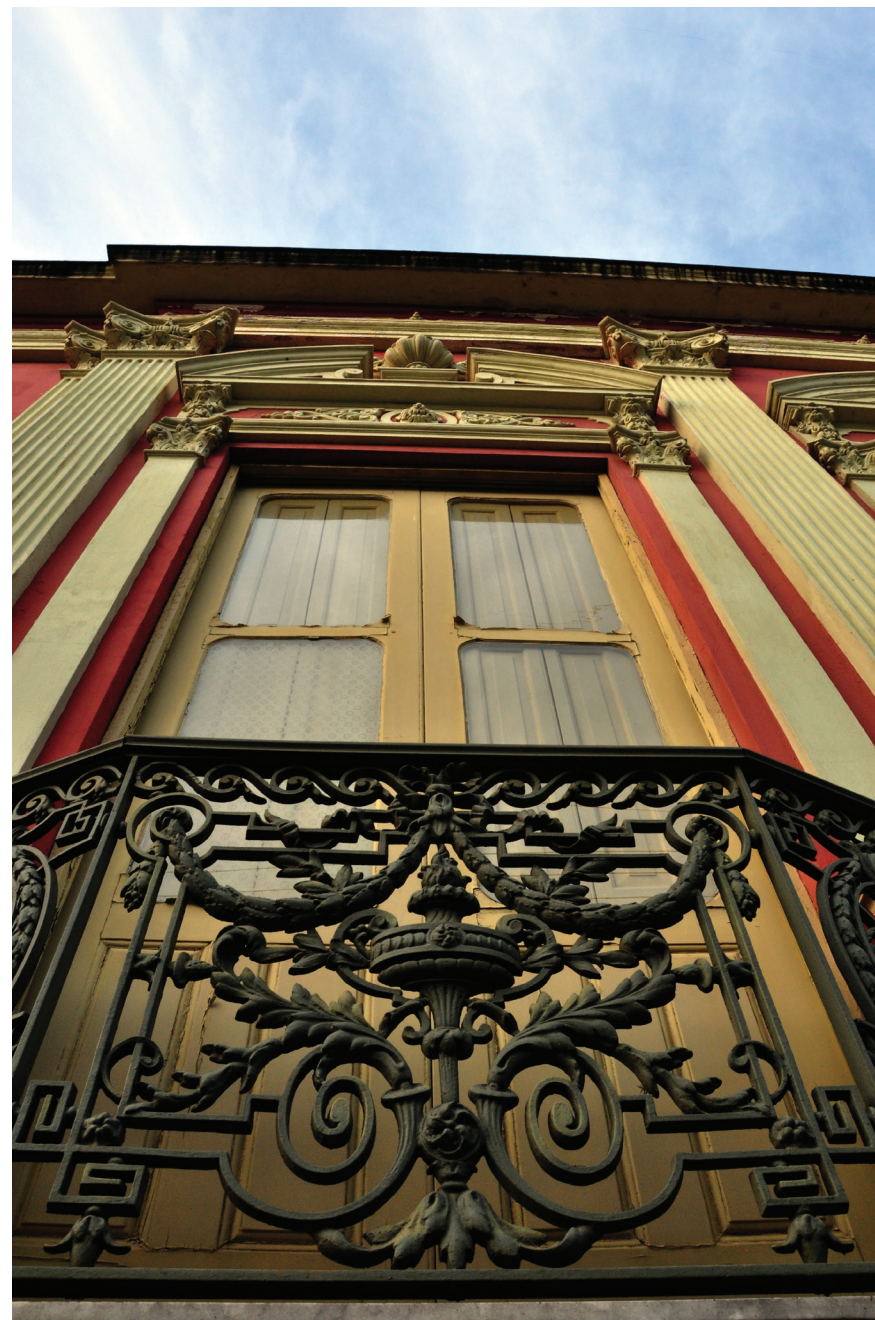




Residência do Senador Joaquim Augusto Assumpção

Dados de identificação

- Denominação histórica: Casa do Senador Joaquim Augusto Assumpção
- Denominação atual: Sede da Fundação Símon Bolívar
- Ano de Construção: 1884 - 1889
- Ano de aquisição pela UFPel: Fundação Símon Bolívar – permissão de uso pela UFPel a partir de 1995.
- Uso atual: Fundação Símon Bolívar e setores da UFPel
- Uso anterior: Banco Nacional do Comércio (até 1973), Banco Sul-Brasileiro (até 1985), Banco Meridional (até 1989)
- Estado de Conservação: Restaurado (entre 2005 e 2006)
- Nível de Proteção: Tombamento Estadual
- Localização: Rua Lobo da Costa 859 / Rua Félix da Cunha 570





Dados Gerais

O Sobrado pertenceu à família Assumpção até 2005, quando foi vendido ao Banco Santander. A casa começou a ser habitada por Joaquim Augusto Assumpção e sua esposa logo após sua construção. O casal ocupava as duas casas vizinhas, com respectivas entradas pela rua Lobo da Costa e pela Félix da Cunha. Em 1933, após a morte do senador e da esposa, as casas foram herdadas pelos filhos do casal. Durante a sua trajetória, várias intervenções foram sendo feitas na residência, compondo os elementos arquitetônicos e decorativos que hoje caracterizam o prédio.







Casa do Barão de Cacequi

Dados de identificação

- Denominação histórica: Casarão 8 / Casa Barão de Cacequi
- Denominação atual: Museu do Doce da UFPel
- Ano de Construção: 1878
- Ano de aquisição pela UFPel: 2006
- Uso atual: Museu do Doce (em instalação)
- Uso anterior: Residência de Francisca Antunes Maciel, Quartel General e Secretaria de Urbanismo de Pelotas
- Estado de Conservação: Restaurado
- Nível de Proteção: Tombamento Federal
- Localização: Praça Coronel Pedro Osório, 8



Dados gerais:

Residência da família do Conselheiro Francisco Antunes Maciel (segundo Barão de Cacequi) construída, provavelmente, pelo construtor José Izella Merotti. A casa apresenta duas fachadas, uma para a Praça Coronel Pedro Osório e outra para a Barão de Butuí. Com a morte do Barão de Cacequi, em 13 de agosto de 1917, o casarão passou para o seu filho, Francisco Antunes Maciel Jr., que se formou em Direito. No período de 1955 a 1973, o casarão foi alugado e usado como sede do Quartel General do 8o Batalhão da Infantaria de Pelotas. Em 1975, o prédio foi ocupado pela Superintendência para o desenvolvimento da Região Sul (Sudesul) e, em 1978, foi utilizado pela Prefeitura Municipal de Pelotas.





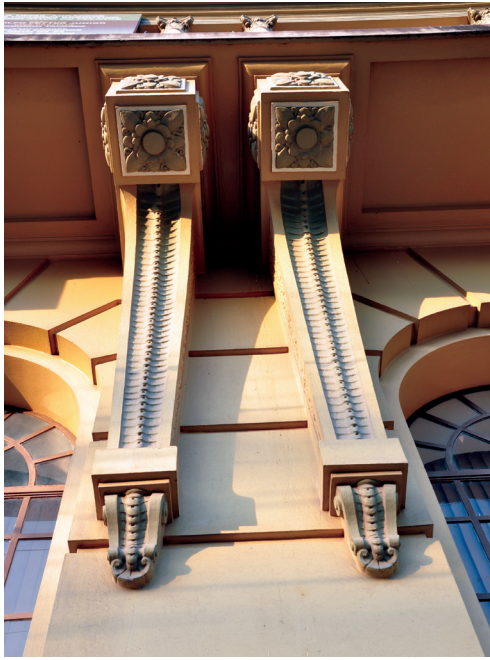


Grande Hotel

Dados de identificação

- Denominação histórica e atual: Grande Hotel
- Ano de Construção: 1925 (início da obra), 1928 (inauguração)
- Ano de aquisição pela UFPel: 2011
- Uso atual: Curso de Hotelaria
- Uso anterior: Hotel
- Estado de Conservação: Parcialmente restaurado
- Nível de Proteção: Tombamento Municipal
- Localização: Praça Cel. Pedro Osório, 51.





Dados Gerais:

O prédio teve sua construção iniciada em 1925, por iniciativa da “Companhia Incorporadora Grande Hotel”. Tal companhia foi formada com o objetivo de construir um hotel de grandes proporções para a cidade de Pelotas. O projeto foi escolhido em um concurso, no qual o vencedor foi o arquiteto Theóphilo Borges de Barros. Após quebra da Companhia Incorporadora, devido às sucessivas crises econômicas, o Hotel foi municipalizado em 1928, ano de sua inauguração, pelo intendente da época, Doutor Simões Lopes, tendo sido arrendado imediatamente por Caetano Bianchi (1928-1939) e pela firma P. Zabaleta e Cia em 1940 até 1953. No ano de 1962 foi comprado da prefeitura por Pedro Zabaleta.





Créditos

Organização geral
Francisca Ferreira Michelin

Autores
Mauro Augusto Burquet del Pino, Luiz Osório Rocha dos Santos, Denise Marcos Busolletti, Liciane Almeida, Ana Lúcia Costa Oliveira, Maria Letícia Mazzucchi Ferreira e Francisca Ferreira Michelin

Fotografias atuais dos prédios
Kátia Helena Rodrigues Dias

Edição de fotografias
Kátia Helena Rodrigues Dias, Tabata Afonso da Costa e Shayda Cazaubon Peres

Fotografias históricas
Fototeca Memória da UFPel
Núcleo de Estudos em Arquitetura Brasileira / FAURB/ UFPel

Projeto gráfico e produção
Natássia Akie Nakamura

Pesquisa de fontes e levantamento de dados
José Paulo Siefert Brahm, Jossana Peil Coelho, Júlia Figueiredo Cavallieri, Rosaura Isquierdo, Suélen Neubert e Degli Márcia Silveira de Quevedo

Localização e pesquisa nas fontes sobre os bens imóveis
Francine Morales Tavares

Revisão de norma
Ubirajara Budin Cruz

Revisão de prova
Jossana Peil Coelho, Rosaura Isquierdo e Suélen Neubert

Referências

CHEVALIER, Ceres. Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX. Pelotas: Ed. Liv. Mundial, 2002.

DIAS, Katia Helena Rodrigues. Fotografias para memória: a Escola de Belas Artes de Pelotas através do seu acervo documental (1949-1973). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2012.

GUTIERREZ, Ester Judite; SANTOS, Carlos Alberto; ESSINGER, Cíntia; RIBEIRO, Juliana. Histórico da casa do Senador Joaquim Augusto Assumpção: do final do século XIX ao início do século XXI. Pelotas, RS. Disponível em http://www.ufpel.edu.br/cic/2006/arquivos/SA_01445.rtf. Acesso em 24 de setembro de 2013.

IPHAÉ. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado. Bens tombados. Disponível em <http://www.iphae.rs.gov.br/Main.php?do=BensTombadosAc&Clr=1>. Acesso em 18 de setembro de 2013.

JANKE, Neuza Regina. Entre os Valores do Patrão e os da Nação, como fica o Operário? O Frigorífico Anglo em Pelotas: 1940-1970. Pelotas: Cópias Santa Cruz Ltda. 2011.

MAGALHÃES, Mario Osorio. História e Tradições da Cidade de Pelotas. 3ª edição, revista e ampliada. Editora Armazém Literário. Pelotas, 1999.

Manual do usuário de imóveis inventariados/Prefeitura Municipal de Pelotas, Secretaria Municipal de Cultura. Nova Prova. Pelotas, 2008.

MELO, Chanaísa. Fragmentos da Memória de uma Fábrica na Coleção Fotográfica Laneira Brasileira Sociedade Anônima. Dissertação (Mestrado) – Pro-

grama de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2012.

MICHELON, Francisca Ferreira; PELLEGRIN, José Luiz de; SCHWONKE, Raquel (orgs). Unidades Fundadoras da UFPel: catálogo da exposição comemorativa dos 40 anos da UFPel. Universidade Federal de Pelotas, 2009.

MICHELON, Francisca Ferreira; MICHELON, Douver; MELO, Chanaísa (orgs). Catálogo: O Museu do Saber e do fazer: arte, ciência, em ações educativas no Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo. Universidade Federal de Pelotas, 2012.

MICHELON, Francisca Ferreira (texto e org.). Sociedade Anônima Frigorífico Anglo de Pelotas: o trabalho do passado nas fotografias do presente. Pelotas: EGU UFPel, 2012.

MONTELLI, Clarissa Castro Calderipe; MICHELON, Francisca Ferreira. A fábrica do passado nas imagens do presente: constituição de um banco de imagens da antiga Cervejaria Haertel (Pelotas/RS). In Revista do Arquivo Histórico de Joinville. Joinville: ano 1, v.1, n.1, 2007, p. 189-212.

MOURA, Rosa Maria Rolim de; SCHLEE, Andrey Rosenthal. 100 Imagens da Arquitetura pelotense. 2ª edição. Pallotti. Pelotas, 2002.

NOGUEIRA, Isabel (org). Historia Iconográfica do Conservatório de Música da UFPel. Porto Alegre: LIC/RS, 2005.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. O Grande Hotel de Pelotas. Monografia. Porto Alegre: PROPAR / UFRGS, 1991.

SCOLARI, Keli Cristina. Esculturas em Faiança Portuguesa existentes nos Casarões do Centro Histórico da Cidade de Pelotas, RS. 2012. Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

VAROTO, Renato Luiz Mello; SOARES, Leonor Almeida de Souza. Lendo Pelotas. 2ª edição revisada e ampliada. Editora da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 1995.

VAZ, Luiz Carlos dos Santos. Releitura da memória da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel através de seu arquivo fotográfico. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS. Pelotas, 2009.







UFPEL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Pró-Reitoria de Planejamento
e Desenvolvimento

NPc PROPLAN
UFPEL
Núcleo de Patrimônio Cultural

